

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rafael Michel Domenes

Territórios em cena: agenciamentos entre espaço e loucura.

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO
2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rafael Michel Domenes

Territórios em cena: agenciamentos entre espaço e loucura.

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de MESTRE
em Psicologia Social sob a orientação da
Prof. Dra. Maria Cristina Gonçalves
Vicentin

SÃO PAULO
2013

BANCA EXAMINADORA

À minha Vó Lourdes. Por ter me despertado a vontade de contar histórias sobre esse “povo que não bate bem da caçoleta”. Ali, sentada na ponta do assento, na esquina da mesa, narrou infindáveis histórias sobre Suté, João Tragueta, Lúbi, Cajadinho, Emilinho, Tatú Cego...

Agradeço

À **Maria Cristina Gonçalves Vicentin**, por aceitar minhas questões em um momento de dissidência sem propor novas conciliações. Por ter sustentado minha cartografia acadêmica e pela generosidade com a qual norteia sua prática. Obrigado também pelas panelas, azeites, pimentas, pudins e etc. Ao **Alexandre de Oliveira Henz** e à **Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima** pelos apontamentos na banca de qualificação que não cessaram de causar desdobramentos e por terem aceitado continuar contribuindo com meu trabalho. Ao **Aiman Mourad**, meu guia nos caminhos tortuosos da burocracia “puquiana”. À **Ana Lúcia Marinho Marques**, pelas risadas quase orgânicas que habitam nossos contatos. Obrigado por você, e elas, impedirem a tristeza tomar conta. Valeu Anita. À **Beatriz Oliveira**, por ter acompanhado o início desta jornada com muita delicadeza e respeito. À **Bárbara Vieira**, pela revisão paciente e precisa. À **Camila López Apostólico**, por ter preenchido com a doçura dos cookies e de suas falas nossas reuniões repletas do amargor da sudeste. À **Camila Morais**, por termos caminhado juntos no pantanoso terreno dos SRTs e por estar sempre presente no sólido terreno de nossa amizade. À **Caroline Ballan**, por ter cavado no muro do irrealizável portas de possibilidades por onde esgueiraram-se bailarinas dançando o aconchego, e claro, por todas as casinhas. À **Carolina Guidi**, por ser minha cuidadosa e eterna “roomate”. À **Caroline Lucas**, por termos, na combinação de dois, criado uma parceria e uma amizade tão potente e cheia de “boniteza”. À **Claude Michel Domenes**, por mostrar que, mesmo no interior dos velosos mais apertados, é possível afrouxar linhas que singularizam e libertam. Ao **CNPQ**, pelo financiamento desta pesquisa. À **Cristina Freire Weffort**, por ter dividido o início dos meus questionamentos tornando-se integrante da história desta pesquisa, valeu parcêra. À **Erika Alvarez Inforsato**, por permitir a hospedagem no território da desobra, por acompanhar com tanta leveza as linhas que teceram a provisoriedade da escrita e por tudo aquilo que não encontra a acomodação das palavras. À **Flávia Blikstein**, pelos cargos vitalícios de: amiga-irmã e vice-presidente da Boate Azul. Ao **Fred Barão Callamari**, por ser meu irmão há mais de 25 anos. É impossível sem você nêgo. Ao **Hugo Domenes**, por criar condições para que as escolhas fossem possíveis e por apoiá-las sempre. Ao **Ivo Borestein**, por estar sempre ajudando no desarranjo das coisas. Ao **Jules Michel**, por confiar a mim as

dolorosas histórias de exílio ocupadas pela resistência e por me permitir ser o curador de seu passado. À **Juliana Aline Pacheco**, por ser uma amiga incrível, por estar sempre presente no melhor e no pior. Valeu Patcheco. À **Luana Moraes Amancio**, também por ser uma amiga incrível e pelo contato tão delicado e carinhoso. Valeu Mâncio. À **Mari Dotti**, por ter ajustado meu olhar e assim permitir miradas atentas à beleza que se escondia nos pequenos detalhes. À **Marlene Camargo**, pela ajuda no labirinto burocrático da PUC sempre com muito humor e atenção. Ao **Mauricio Hermann**, por saber que diferença não significa impedimento de parceria e pelas *altas* risadas sempre presentes em nossos encontros. Aos participantes do Núcleo de Pesquisa Lógicas Institucionais e Coletivas: **Alyne Alvarez, Ana Letícia, Beatriz Takeiti, Emanuel Lima, Geisa Rodrigues, Renata Gislheni, Saulo Tavares da Mota** por fazerem parte deste percurso e pelos necessários encontros na Boate Azul, desculpe se esqueci de alguém. À **Priscila Michel Domenes**, por ser uma irmã atenta e carinhosa. À **Priscila Reis Diniz**, por incorporar a sutileza motivadora dos pequenos projetos que tornam o efêmero um infinito possível. Ao **Raphael Cangelli Filho**, por ser uma inspiração admirável. Ao **Rodrigo Michel**, pelo afetuoso reencontro que nos tornou primos e por ser o pioneiro na tradição acadêmica da família Michel. À **Telma Felício**, por me ajudar achar ilhas de beleza nos vastos oceanos de feiura da vida e pelo respeito à minha prática. Namastê chefe. À **Regina Almeida Ferreira e ao Luiz José Baptistão**, por inventarem para mim um lugar de sobrinho, sempre cheio de generosidade e doçura. Ao **Thomas Ferrari Ballis**, por, segundo suas próprias palavras, “ter influenciado muito a minha subjetividade, por ser um dos responsáveis pela minha saúde devido a um intenso tratamento com técnicas de exposição às boas coisas da vida, revertendo assim, um quadro psicopatológico que poderia se tornar crônico”. Puxa, nem sabia. Valeu PeeWee. Às equipes do, **CAPS Vila Prudente, CAPS Formosa / Aricanduva, CAPS Sapopemba, CAPS Brasilândia**, e todos que dividiram práticas e me ensinaram tanto. À eterna e afetuosa **Equipe de Matriciamento de 2009 do CAPS Sapobemba**, por todos nossos momentos sapopêmbicos.

Agradeço todos os Acompanhantes Comunitários com os quais tive contato em minhas hospedagens nos SRTs. Agradeço especialmente à equipe do SRT

Aricanduva II por termos criado uma casa aonde a loucura pôde ser louca. Agradeço por termos compartilhado o cotidiano de trabalho. Foram muitas as linhas desta dissertação que só puderam ser escritas a partir de nosso encontro. Com vocês aprendi muito: **Alessandra Rodrigues da Silva, Ana Maria de Oliveira Antonio, Angela Oliveira da Cruz, Ester Cavalcante, Maria Iracema Chagas Azevedo, Pedro Paulo Ledres Pontes e Rafaelle Caceres Chagas.**

A todos os usuários, moradores, pacientes, acompanhados que abriram as portas de seus territórios para que eu pudesse me hospedar.

RESUMO

DOMENES, Rafael Michel. Territórios em cena: agenciamentos entre espaço e loucura.

O contato com a loucura foi um dos disparadores de perguntas que culminaram nesta pesquisa. Destes contatos decorre esta dissertação que tem como o objetivo principal investigar a articulação entre espaço e produção de subjetividade no trabalho prático do cuidado com a loucura, ou mais especificamente, investigar como se agenciam o espaço e a produção de subjetividade na construção de territórios existências. Para tanto serão utilizadas algumas conceituações formuladas principalmente por Félix Guattari. Também nos valeremos de alguns textos da parceria do autor com Gilles Deleuze, principalmente aqueles que versam sobre a conceituação do território existencial. A pesquisa realizada se vale de aportes empíricos registrados num diário de campo. Percorremos uma experimentação cartográfica ao produzir narrativas que versam sobre os agenciamentos produzidos entre o espaço e a subjetividade. O diário não foi transcrito em seu conteúdo original, foi lido e reescrito em um formato que chamamos de *cena*. Esta dissertação foi escrita em quatro capítulos. No primeiro buscamos evidenciar, a partir da obra “História da loucura na idade clássica” de Michel Foucault, os sucessivos deslocamentos espaciais experimentados pelo louco no Ocidente; no segundo discutimos a noção de produção de subjetividade e territórios existenciais; o terceiro capítulo trata dos movimentos de Reforma Psiquiátrica e processos de desinstitucionalização; e um quarto capítulo com as considerações finais. Ao final da pesquisa, a possibilidade de construir novas práticas a partir de uma ética da hospitalidade. Ter hospitalidade com o outro em sua singularidade, hospedar-se no território estrangeiro dos loucos. Essa hospedagem como um achado da pesquisa. Uma indicação de manejo atenta para a importância das práticas impulsionadas pela RP, produzirem intervenções e ações provisórias. Os serviços devem ser inventados diariamente em um plano temporário. Assim, diminuem-se os riscos de repetições balizadas pelas forças e lógicas, sejam disciplinares ou de controle, e possibilita maneiras de atuação não burocratizadas que possam abrigar as produções de subjetividade singulares.

Palavras Chave: Reforma Psiquiátrica, produção de subjetividade, território existencial, espaço, loucura.

ABSTRACT

DOMENES, Rafael Michel Territories on the scene: assemblages between space and madness.

The contact with madness was one of the triggers that led to questions in this dissertation. The main objective of this research is investigate the relationship between space and subjectivity production in the practical work of caring for the insane, or more specifically investigate how the space and the production of subjectivity in the creation of existentials territories. For this we use concepts mainly made by Felix Guattari. We also use some texts the author's partnership with Gilles Deleuze, especially those that discusses the concept of existential territory. The research draws on empirical contributions recorded in a field journal. We went through a trial to produce cartographic narratives that deal with the assemblages produced between space and subjectivity. The diary was not transcribed in their original content, was read and rewritten in a format we call scene. This dissertation was written in four chapters. In the first we seek evidence from the book "History of Madness in the Classical Age" of Michel Foucault, successive displacement experienced by madness in the West and in the second we discussed the notion of the production of subjectivity and existential territories, the third chapter deals with the movements Psychiatric Reform and processes of dis-institutionalization, and the fourth chapter with concluding remarks. At the end of the study, the possibility of building new practices from an ethic of hospitality. Having hospitality with one another in their uniqueness, staying in a foreign country of madmen. This hosting as a finding of the research. During the course of writing, a finding that may indicate possibilities of working in clinical settings. An indication of the importance for careful management practices driven by PR, interventions and actions produce relief. The services must be built daily in a temporary plan. Decreasing the risks of reps buoyed by the strength and logic, whether disciplinary or control, and possible ways of acting not bureaucratized that could harbor the natural productions of subjectivity.

Keywords: Psychiatric Reform, production of subjectivity, existential territory, space madness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
Texto.....	
Textura.....	
(r)eforma.....	
Mapas.....	
1 - ITINERÁRIOS DA LOUCURA.....	
1.1 Alicerces – A obra de Michel Foucault.....	
1.2 Passageiros – A rota da Nau dos Loucos.....	
1.3 Herdeiros – O endereço fixo do Hospital Geral.....	
1.4 Separado – A hospedagem constrangida no Asilo.....	
1.5 O espaço asilar.....	
2 - “34 GRAUS AQUI NÃO É 34 GRAUS LÁ” – PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E ESPAÇO.....	
2.1 Produção de subjetividade: a perspectiva de Félix Guattari	
2.2 Heterogênese: o vetor espaço.....	
3 - “SE NÃO É, FICA SENDO” – TERRITÓRIOS DO LOUCO.....	

3.1 O endereço da (R)eforma.....

3.2 A hospedagem provisória.....

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS.....

Room piece III¹

Stay in a room for a month

Do not speak

Do not see

Whisper in the end of the month

(Yoko Ono)

¹ Obra Quarto III / Fique em um quarto por um mês / Não fale / Não veja / Sussurre ao final do mês.

INTRODUÇÃO

Texto

Um assento naquele lugar. Quarto? Rua? Sítio? Escrita. Linhas endurecidas, apaga e escreve, apaga e escreve de novo, apaga e... nada, truncado, letras e frases presas, ideias sem fluência, apertadas. Texto pouco assentado. Os móveis ocupam muito, o quadro pendurado não compõe. Naquele lugar as coisas são perdidas, textos, chaves, documentos, papéis. Horas acumuladas revirando, procurando, procurando... A janela avista e escuta. O prédio com acabamento questionável, motos entregam, carros aceleram, crianças chutam, cachorros latem, vizinhos gritam, homem do algodão doce buzina... não é um lugar bem disposto, os traços não escrevem, rascunham.

Outro assento, noutro lugar. Beco? Banheiro? Garagem? A mesa iluminada pelo sol, fundos das casas, cortinas tentam fugir pelas janelas, caixas d'água, roupa no varal, o gato do telhado da frente, o céu azulado querendo ficar cinza, as maritacas sobrevoam e matraqueiam, a mulher bate o tapete, o pó no sol dança. A Escrita? Flui, anda. Nesse lugar ela acontece, escreve. E a questão desta dissertação se atualiza e sinaliza o elo entre espaço e subjetividade.

Textura

Em que espaço moram, circulam, habitam passam. Como andam pelos cômodos, dispõem os móveis, assistem TV, falam. De que jeito cozinham, estacionam o carro, como descarregam as compras, como descansam, deitam, comem...

Pequenas sutilezas e características singulares. Móveis cobertos por panos ou plásticos, pouca ou muita gente circulando, cheiro de mofo, marca do copo na mesa, durex amarelado na parede, fotos expostas, porta-retratos, álbuns, todas as pessoas na mesma posição, um pouco iguais...

Os odores, lugares com cheiros diversos, cigarros, doce, plantas, incensos, velas de sétimo dia, madeira dos móveis, borracha queimada, livro novo...

Casas térreas, quintais imensos, muros baixos, garrafas d'água em cima do relógio de luz, portas sem trancar... Pequenas sutilezas, singulares.

(r)eforma

Cidades, pedaços de terra, casas, países, bairros, quartos. Numa esquina um bueiro aberto obriga quem passa a pular. Municípios, áreas de lazer, escritórios, e aquele menino de pedra ali no meio praça quem é? Nem sei. Isso interessa: O espaço e a subjetividade, a relação, o encontro e suas múltiplas possibilidades. No rastro dessas questões há muito tempo. O contato com a loucura acentuou sua importância ao colocá-las em meu cotidiano de trabalho, em 2009, quando fui contratado como estagiário em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da zona leste de São Paulo e pela primeira vez fiz parte de uma equipe de saúde mental.

Logo na chegada a equipe passava por um processo de mudança, de Hospital Dia (HD) para Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Para além das mudanças conceituais e práticas, o prédio onde funcionava o HD estava sendo reformado para abrigar o recém-chegado CAPS. Dessa forma, a equipe e usuários foram deslocados enquanto a reforma acontecia.

Deslocados para um pequeno “puxadinho” nos fundos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Lugar exíguo, poucas partes cobertas, apenas uma sala de atendimento e um escritório improvisado para a equipe se reunir. Muitos usuários, pouco conforto. Havia um grande jardim na frente do “puxadinho” com árvores, pedras e cantos sombreados. Passava a maior parte tempo neste espaço externo juntamente com os usuários do serviço. Ali na amplitude, no informal aconteciam situações de convivência, encontros, conversas, risadas, e aquilo que não ocorria nos grupos com atividades estruturadas.

Falava-se muito da reforma da “outra casa”, estavam curiosos, queriam saber se a sala em que faziam grupo ainda seria a mesma, se a equipe mudaria, se alguém ia sair ou outros seriam contratados. Quem seria a referência terapêutica deles? Os mesmos? Seriam outros? O Projeto Terapêutico seria igual? Poderiam almoçar no CAPS? Era como se a reforma do prédio fosse modificar toda uma lógica previamente estabelecida. A mudança física implicaria também em mudanças nas relações, no modo de estar de habitar, de circular, de comer.

Volta à casa antiga/nova. Após a mudança, foi interessante perceber que as reformas provocaram efeitos nos usuários. Alguns já escolhiam seus lugares preferidos, outros estranhavam tudo, alguns reclamavam, outros gostavam. Havia uma profusão de reações. Contavam histórias nostálgicas sobre situações ocorridas no “tempo do HD”. “Esse portão era bem mais baixo, uma vez tava muito mal e tentei pular ele pra fugir”. “Esse banheiro agora tá diferente, mas foi nele que me pegaram com o Claudio”. “Pelo menos a sala do grupo ficou igual. Acho que não ia me acostumar se ficasse muito diferente”.

Uma usuária em particular chamava atenção, Claudete. Frequentadora antiga do serviço esteve fora de São Paulo durante meses e não acompanhou o processo de reforma. Quando voltou ao CAPS, ficou muito afetada com as mudanças; dizia não reconhecer mais aquele lugar, falava de antigos funcionários que já não trabalhavam mais ali. Muito inquieta, falava sozinha a maior parte do tempo e andava velozmente pela casa toda, sem parar, uma longa frase sem pontuação.

Não buscava contato com os novos funcionários e pouco deixava que eles se aproximassem “Esse eu não conheço. Sei lá quem é”. Durante meses foi assim, acelerada e muito angustiada com a nova situação, era como se estivesse em todos os lugares ao mesmo tempo, esparramada pelo CAPS.

Passou a trazer objetos pessoais e os deixava em um armário na sala de convivência. Roupa, sabonete, chapéus, fotos do bebê Richard, bonecas, bichos de pelúcia e toda sorte de objetos eram guardados ali.

Em certa ocasião, sentado na convivência² observava Claudete movimentar seus objetos. O armário já estava repleto, entupido. Virou pra mim e disse: “Não cabe mais nada aqui. Não cabe mais.” Respondi: “Parece que não cabe mesmo. Quer ajuda?” “Quero arrumar isso aqui. Cê me ajuda?” Aceitei o convite/oferta, passei a acompanhá-la em seu movimento povoado por roupas, panos, cachecóis, sacos e mais sacos de plásticos, fotos do bebê Richard, bonecas e até um urso de pelúcia gigante veio com Claudete.

Baiana de sotaque forte e tom agudo de voz, logo que entrava no CAPS gritava meu nome para mostrar o que havia trazido e logo pedia que a ajudasse arrumar seu armário. Movimento constante que abriu possibilidades diferentes para ela estar ali.

Quando conversava com as pessoas buscava assuntos relacionados aos objetos que, cada dia escolhia para ter consigo. Pegava o urso de pelúcia e contava histórias sobre aquele objeto, que sempre se desdobravam em elementos de sua biografia. No espaço exíguo do armário construiu algo, outra relação com aquele lugar.

² Locais comuns nos CAPS onde usuários podem estar sem realizar atividades grupais ou individuais mais estruturadas, salas, jardins. O objetivo é promover a circulação e contato entre as pessoas.

Mapas

O contato com a loucura, desde o início desta prática, foi um dos disparadores de perguntas que culminaram nesta pesquisa. Foram muitas as dúvidas despertadas sobre saúde pública, loucura, território, subjetividade... , no entanto, o que mais me intrigava e sensibilizava era a importância dos espaços no cotidiano. As questões foram se desvelando: o espaço é exclusivamente material? É possível criar conexões com ele? E como seria essa ligação? No sentido de uma causa e efeito? Ou em uma condição de encontro, toque. Trata-se de um arranjo subjetivo?

A prática e as experiências vividas no campo puderam fornecer subsídios para as questões apontadas. Anotava a maioria das situações que julgava importante. Foram reunidas notas de diferentes formas: cadernos, folhas avulsas, fotografias, vídeos, material produzido por usuários e etc. No início do mestrado, ao retornar a esse material, a constatação foi a de que, o vetor mais assinalado era a ligação entre os usuários e os espaços. Foi composto um *diário de campo* que colecionava aquilo que poderia ser relevante para a construção de uma prática singular e de um pensamento sobre esse contato, tão intenso e cheio de nuances.

Durante esse tempo, a aproximação, o trabalho e as parcerias atentaram à profusão de práticas convivendo no mesmo campo. Era perceptível que, nas equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) ou Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), entre outros projetos, conviviam uma infinidade de teorizações e consequentes práticas que entendiam a subjetividade de formas distintas. Esses entendimentos possuíam potenciais diversos. Às vezes observava que podiam criar situações mais

emancipadoras, produtoras de mudanças nas vidas dos usuários, como também criar normatizações, patologizações e medicalização.

Como criar, inventar uma prática que não repita velhos dogmas e situações em que a loucura é aprisionada. Isso é possível? Ou estamos fadados a certas repetições?

A relação estabelecida com as histórias, diferentes correntes de pensamento, algumas mais hegemônicas que outras, foram mostrando que o formato que dava ao trabalho até então não estava funcionando mais. Principalmente os usuários com suas construções, suas dificuldades, sua forma específica de se relacionar com a loucura, começaram a colocar em jogo escolhas teóricas, e a furar concepções. O que vinha fazendo até ali começava a dar sinais de cansaço. Algo ultrapassava o que entendia por experiência subjetiva.

Tentava entender, ou mesmo buscava operar com uma concepção de subjetividade que fizesse sentido àquilo que vivia na prática. A complexidade das situações do campo e as questões que levantava indicavam que algo não podia mais ser contemplado.

Não somente os usuários produziram mudanças, as relações com as equipes de trabalho também passaram a levantar questionamentos. Parte de situações coletivas, de discussão de caso, por exemplo, algumas ações pensadas e/ou os projetos terapêuticos criados eram circunscritos por estereotípias e receitas prontas, muitas vezes levavam em conta uma construção, uma necessidade que era muito mais do profissional, da equipe do que do próprio usuário.

O projeto terapêutico deve ser somente baseado em diagnósticos pré-estabelecidos, que dizem pouco ou quase nada da pessoa, de sua história, de seus gostos, sua maneira de viver, de sua loucura? O projeto terapêutico é “participar de grupos”? Existe "subjetividade debilitada"? Será que as subjetividades são tão restritas assim? Talvez, para algumas correntes de pensamento, isso tudo faça sentido. No entanto, o cotidiano com os usuários, as vivências externas aos grupos terapêuticos rigidamente estruturados, esboçavam outras possibilidades de contato.

Esses grupos mencionados pautavam a relação com os participantes pela realização de tarefas e atividades. As experiências pessoais, as falas, dificuldades, sofrimentos, ficavam em segundo plano.

Fora desse contexto mais constrangedor, a aproximação com a loucura era realizada de forma distinta. Nas situações cotidianas, nas saídas e passeios, nos jogos de futebol, nos sofás, nas conversas de corredor, assistindo filmes, escutando música, no almoço, enfim em situações em que a atividade, ou a realização de uma tarefa rigidamente proposta não era o nivelador do encontro, percebia a chance de criar outras relações. Um contato baseado na disponibilidade de estar junto com os usuários, acompanhá-los em seus projetos no dia a dia, estar ao lado fazendo algo, conversando. Criando situações pela aproximação sem muitos anteparos pré-estabelecidos. Hospedando-se no território dos loucos.

Nesse momento, de abalo de certezas e verdades, um texto que reproduz um diálogo entre Gilles Deleuze e Michel Foucault serviu como um bom guia. Lá, Deleuze falou sobre a teoria e a prática.

A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro. (FOUCAULT, 2001, p.70).

O "muro" de Deleuze ecoava. Ele despertou outras aproximações, outras formas de pensar a experiência subjetiva e a prática com a loucura.

No mesmo texto, Deleuze disse que "uma teoria é como uma caixa de ferramentas [...]. É preciso que sirva, é preciso que funcione" (Foucault, 2001, p.71).

Como usar essa caixa? Aqueles que não se encaixavam nos axiomas estudados ou, que se encaixavam, mas escapavam constantemente das verdades repetidas à exaustão nas instituições de ensino, reuniões, espaços coletivos e etc.

abriram uma área repleta de possibilidades. Percepção de que as teorias possuem um duplo potencial: o de circunscrever e forçar as pessoas - sejam usuários do serviço ou equipe de cuidado- a usarem sapatos apertados demais, mas também, podem caminhar a passos largos na invenção de novos caminhos.

Com Deleuze e Guattari, as questões sobre o espaço e a subjetividade ganharam novos contornos. Espaço entendido não somente como o espaço construído, em sua vertente material, mas também, em suas dimensões imateriais e virtuais. Os afetos, percepções, contatos, misturas, afastamentos, toques, empurrões.

Destes contatos decorre esta dissertação que tem como o objetivo principal investigar a articulação entre espaço e produção de subjetividade no trabalho prático do cuidado com a loucura, ou mais especificamente, investigar como se agenciam o espaço e a produção de subjetividade na construção de territórios existências. Para tanto serão utilizadas algumas conceituações formuladas principalmente por Félix Guattari. Também nos valeremos de alguns textos da parceria do autor com Gilles Deleuze, principalmente aqueles que versam sobre a conceituação do território existencial.

Esta dissertação foi escrita em quatro capítulos. No primeiro buscamos evidenciar, a partir da obra “História da loucura na idade clássica” de Michel Foucault, os sucessivos deslocamentos espaciais experimentados pelo louco no Ocidente ; no segundo discutimos a noção de produção de subjetividade e territórios existenciais; o terceiro capítulo trata dos movimentos de Reforma Psiquiátrica e processos de desinstitucionalização; e um quarto capítulo com as considerações finais.

A pesquisa realizada se vale de aportes empíricos registrados num diário de campo que versa, não somente, mas principalmente, sobre minha atuação no cuidado com a loucura em equipamentos de saúde pública. Ele foi escrito desde 2003 e composto por uma variedade de situações como: reuniões de equipe de trabalho (Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Serviço Residencial Terapêutico - SRT, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF entre outros), reuniões realizadas em Fóruns, Simpósios e encontros de profissionais de saúde mental, participação em

supervisões (de equipe ou individual), leitura de prontuários, atendimentos individuais e/ou grupais, acompanhamentos terapêuticos (AT), atendimentos familiares de usuários dos serviços, saídas, passeios, mudanças de endereço, crises, viagens, jogos da Copa da Inclusão, situações vividas em SRTs, visitas domiciliares, refeições coletivas, festas, internações psiquiátricas, enfim, qualquer momento do cotidiano de trabalho que julgava importante anotar.

A leitura do diário de campo propiciou o desenho de mapas que acompanhavam os percursos e experiências vividas com os loucos.

[...] um ‘mapa’, ou mesmo um ‘diagrama’, é um conjunto de linhas diversas funcionando ao mesmo tempo [...]. Há linhas que representam alguma coisa, e outras que são abstratas. Há linhas de segmentos, e outras sem segmento. Há linhas dimensionais e linhas direcionais. Há linhas que, abstratas ou não, formam contorno, e outras que não formam contorno. Aquelas são as mais belas. Acreditamos que as linhas são os elementos constitutivos das coisas e dos acontecimentos. Por isso cada coisa tem sua geografia, sua cartografia, seu diagrama (DELEUZE, 1992, p. 47).

Com essas linhas foram produzidas narrativas que versam sobre os agenciamentos produzidos entre o espaço e a subjetividade. Essa escrita não pretende demonstrar fatos e tampouco relatar uma experiência acabada. O diário não foi transcrito em seu conteúdo original, foi lido e reescrito em um formato que chamaremos de *cena*. Os conceitos estudados, de certa forma, já operavam deslocamentos, e na dissertação eles devem compor cartografias, através de uma contaminação consoante àquela ocorrida no cotidiano de trabalho e na escrita do diário.

A pesquisa cartográfica é menos uma descrição de estados de coisas do que o acompanhamento de processos. A instalação da pesquisa cartográfica sempre pressupõe a habitação de um

território, o que exige um processo de aprendizagem do próprio cartógrafo (ALVAREZ e PASSOS, 2010, p.131).

A montagem das *cenas* leva isso em consideração. Suas narrativas atentam às multiplicidades dos elementos espaciais operando vetores de produção de subjetividade. São cartografias de processos experimentados na prática, que buscam “acompanhar a processualidade dos processos de subjetivação que ocorrem a partir de uma configuração de elementos, forças ou linhas que atuam simultaneamente” (KASTRUP e BARROS, 2010, p.76-77).

Passos e Benevides (2009) indicam a escrita de uma narrativa como um agenciamento coletivo de enunciação, é uma experiência coletiva em que qualquer um que nela se engaja ou em que estamos engajados pelo que nos é impessoal. Mesmo quando vivido, enunciado, protagonizado, emitido por uma singularidade, a narrativa não remete a um sujeito.

Desta forma, a tentativa é de que as *cenas* possam adquirir essa dimensão de agenciamento coletivo. Elas não explicam ou demonstram conceitos. O objetivo delas é funcionar como operações conceituais fortalecendo, intensificando os conceitos no entrecruzamento entre teoria e prática.

A noção de *cena* foi escolhida por estar associada ao lugar, ao espaço aonde uma ação acontece.

A cena como um espaço dramático. A “cena” designa, originalmente, no teatro grego, uma construção em madeira, a *skêné*, no meio da área de encenação, depois por extensões sucessivas de sentido, essa área de encenação inteira (o palco), depois o lugar imaginário onde se desenrola a ação. (AUMONTE e MARIE, 2006, p.45).

Cena – O corrimão sustenta o corpo lento e encurvado, passo a passo cadenciando a descida. Abaixa, abaixa, abaixa aí, nossa senhora, a gente vai bater a cabeça ali no teto. Bater a cabeça no teto Marisa? Cuidado, vai devagar e abaixando pra não machucar, eu chego no teto. Machucar-se naquilo que cobria as cabeças a três metros de altura, distância e proporcionalidade subitamente descompassadas.

Cena um - a casa dos mortos, das mortes sem batidas de sino, cena um: do destino de sempre, é que aqui é a casa dos mortos. Cena dois - a casa dos mortos, das overdoses usuais, e ditas legais, cena dois: do destino de sempre é que aqui é a casa dos mortos. Cena três - a casa dos mortos, das vidas sem câmbios lá fora, cena três: o destino de sempre, é que aqui é a casa dos mortos.

(A casa dos mortos – Direção Débora Diniz)

Janitor of lunacy³

Janitor of lunacy

Paralyze my infancy

Petrify the empty cradle [...]

Janitor of lunacy

Identify my destiny.”

(Nico)

³ Zelador da loucura – Zelador da loucura / Paralise minha infância / Petrifique o berço vazio / Zelador da loucura / Identifique meu destino.

1 - ITINERÁRIOS DA LOUCURA

1.1 Alicerce – A obra de Michel Foucault

Deslocamentos, mudanças, transformações, reformas. Espaços de exílio, purificação, espaços fechados, segregadores, espaços hospitalares, de tratamento, espaços abertos e de circulação, práticas relativas à loucura. Para Foucault, são as práticas que nos constituem historicamente. Por isso, ao investigar a loucura, o autor coloca em questão as práticas de clausura.

Em resumo, podemos dizer que Foucault entende por práticas a racionalidade ou a regularidade que organiza o que os homens fazem (“sistemas de ação na medida em que estão habituados pelo pensamento”), que têm um caráter sistemático (saber, poder, ética) e geral (recorrente) e, por isso constituem uma ‘experiência’ ou um ‘pensamento’ (CASTRO, 2009, p.338).

Veyne (1982) esclarece que “A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz)” (VEYNE, 1982, p. 157-158).

As práticas relativas à loucura, mais especificamente as que nos interessam discutir no presente trabalho, estabelecem, ainda que diferentemente, como veremos, uma certa relação com o espaço e sua gestão. Para evidenciar os sucessivos deslocamentos espaciais procuramos estabelecer um diálogo com alguns autores que pensaram sobre este terreno. Tomamos Foucault e algumas de suas produções em torno da loucura, como nosso principal guia. Procuramos montar uma caixa de ressonância que situa o tema desta dissertação.

Da Nau ao Hospital e do Hospital ao Asilo. Nos últimos quatro séculos a experiência da loucura viu o espaço que lhe era destinado se deslocar. Três espaços distintos, com lógicas específicas, abrigaram o louco exilado, o louco excluído e o louco alienado. Essas mudanças de endereço, que demarcaram diferentes conformações espaciais, sinalizavam transformações na sensibilidade de uma determinada época em relação à loucura. Elas aconteceram principalmente no estatuto histórico, social e político da loucura, do louco e nas formas de governá-los.

Muchail (2004), comentando *História da loucura nesta Idade Clássica*, diz que Foucault pesquisava práticas históricas que se desenvolviam no Ocidente e o tempo que percorrem é quase sempre aquele que vai desde o final do Renascimento (por volta do século XVI), atravessa com realce a chamada Idade Clássica (séculos XVII e XVIII) e chega até nossa Modernidade (séculos XIX e XX), (MUCHAIL, 2004, p.37). É sobre esse período que Foucault se debruça para nos narrar uma História da Loucura, mas não a história da loucura e seus sintomas, a evolução de uma doença e sua almejada cura. A história a que Foucault se refere é a história do “outro” (MUCHAIL, 2004, p.39) como limite de pensamento e de linguagem para uma cultura. Aquilo que é estranho, de fora, aquilo que escapa, que é exterior, mas constantemente ameaçado de ser capturado, normatizado, “mesmo diminuindo sua potência ameaçadora” (MUCHAIL, 2004, p.39). “História daquilo que para uma cultura é ao mesmo tempo interior e estrangeiro, a ser, portanto excluído (para conjurar-lhe o perigo interior), encarcerando-o, porém (para reduzir-lhe a alteridade)” (MUCHAIL, 2004, p.39).

A história realizada não é progressiva, nem sobre um desenvolvimento e uma evolução da medicina mental. O pensador francês não trata a loucura como um

objeto uniforme que foi sendo descoberto pelas ciências. Para ele, a loucura é composta por multiplicidades historicamente produzidas, pois a “loucura só existe em uma sociedade, ela não existe fora das normas da sensibilidade que a isolam e das formas de repulsa que a excluem ou a capturam” (FOUCAULT, 2011, p.163).

No prefácio de *História da Loucura* escrito em 1961, Foucault escreveu que esta história é marcada por um gesto. Gesto da separação que demarcava fronteiras.

Será, portanto, preciso falar desse primitivo debate sem supor vitória, nem direito à vitória; falar desses gestos incessantemente repetidos na história, deixando em suspense tudo que pode fazer figura de conclusão, de repouso na verdade; falar desse gesto de corte, dessa distância tomada, desse vazio instaurado entre razão e o que não é ela, sem jamais tomar apoio na plenitude do que ela pretende ser (FOUCAULT, 2001, p.150).

Gesto de corte que separava o homem de loucura e o homem de razão. Gesto que modula os encontros entre a loucura e as conformações espaciais que lhe eram ofertadas ou mesmo impostas.

A tese central de Foucault é sobre o embate entre razão e desrazão. De acordo com ele, a razão tem uma história paralela à história da loucura. A partir daí, ele busca discorrer sobre as diferentes práticas relacionadas à loucura levando em conta seu estatuto social, econômico e político em três momentos da história do Ocidente. Ele os percorre salientando de que maneira esse embate entre razão e desrazão, propiciou o enclausuramento progressivo da loucura e sua progressiva medicalização, pois nem sempre o louco foi percebido como doente mental, objeto médico e científico de tratamento. Podemos perceber na obra que, nos três momentos históricos investigados, transformou-se a sensibilidade em relação à loucura, as práticas e os espaços criados para abrigar a loucura e o louco.

Neste trabalho, Foucault tematiza a relação existente entre espaço e loucura de forma categórica. Conforme Castro (2004), nesta obra são delimitados três espaços da loucura: da nave (circulação) à internação (clausura) e ao asilo (cura) (CASTRO, 2004 p.267). Neste capítulo apresentaremos esses três espaços que circunscrevem estes três tempos históricos distintos: Renascentismo, Idade Clássica e Modernidade. Demarcaremos suas diferenças sociais, políticas e econômicas, especialmente na Modernidade, em que a emergência do asilo cria um novo sentido para a segregação, nos permitindo identificar novas funcionalidades do espaço.

1.2 Passageiro – A rota da Nau dos Loucos

No início de sua obra, Foucault convoca uma forte imagem que indica o processo de exclusão ou de separação de que será objeto a loucura: é a imagem da lepra. Ao final da Idade Média essa doença infecciosa desapareceu no cenário Ocidental, deixando para trás sua herança. Extinta, deixou vago seu espaço de exclusão, baseado em um legado que serviria de espólio para outros personagens, entre eles o louco.

Às margens da comunidade, às portas das cidades, abrem-se como que grandes praias que esse mal deixou de assombrar, mas que também deixou estéreis e inabitáveis durante longo tempo. Durante séculos, essas extensões pertencerão ao desumano. Do século XIV ao XVII, vão esperar e solicitar, através de estranhas encantações, uma nova encarnação do mal, um outro esgar do medo, mágicas renovadas de purificação e exclusão. (FOUCAULT, 2007, p.3).

A lepra regrediu não como resultado de práticas médicas ou curativas, mas devido à segregação dos leprosos, que conseqüentemente, evitou o contágio. Outro fator para essa regressão foi o fim das Cruzadas, que transportava até a população do Ocidente focos de infecção vindos do Oriente. Sem função médica ou de cura, mas sim de testemunho e expiação do mal, os leprosários ficaram sem seus hóspedes originais, vazios e sem utilidade. Ali, às margens das cidades, esvaziados de ocupantes, porém repletos de exclusão esperaram seus novos habitantes.

Segundo Muchail (2004), o que permaneceu, além da edificação dos leprosários, foram os valores e as imagens, as estruturas e as formas que, durante a Idade Média, estão vinculadas à instituição do leprosário e ao personagem do leproso. Persistiram exclusão e purificação, segregação e sacralidade, reclusão e salvação que seriam transpostas, séculos mais tarde, para outras instituições, muitas vezes nos mesmos lugares que antes abrigavam os leprosos, só que para outros personagens. (2004, p.40). Entre eles o louco. Neste sentido a loucura é a herdeira da lepra, herdeira dos mesmos princípios que fomentaram a separação e exclusão do leproso.

Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Frequentemente nos mesmos locais, os jogos de exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. (FOUCAULT, 2007, p.6)

Pois, antes de herdar da lepra uma sensibilidade que construiu espaços excludentes, antes de ser enclausurada, a loucura vivenciou uma outra prática não tão enraizada, conta Foucault. Ela experimentou outro espaço que não o da reclusão. Circulou e navegou sem destino fixo a bordo da *Nau dos loucos*. Sem um itinerário estabelecido, vagando, errando, abandonado em uma embarcação marítima. Espaço de deslocamento, de circulação, o prisioneiro da passagem. Esse era o lugar do louco no período do Renascimento (séculos XVII e XVIII).

Período que conheceu uma literatura rica em histórias sobre naus que transportavam “heróis imaginários, modelos éticos ou tipos sociais que embarcam para uma grande viagem simbólica” (FOUCAULT, 2007, p.9). No entanto, de todos esses barcos fictícios, apenas um não era fruto de fantasia, a *Narrenschiff*, a nau dos loucos. Esta embarcação teve existência real.

[...] eles existiram, esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra. Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corresse pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupo de mercadores e peregrinos (FOUCAULT, 2007, p.9).

A nau como indício de uma experiência errante. Os loucos abandonados e ambulantes vagavam pelos mares em uma peregrinação sem fronteiras definidas, ou mesmo fora das fronteiras que demarcavam as cidades.

[...] confiar o louco aos marinheiros é com certeza evitar que ele ficasse vagando indefinidamente entre os muros da cidade, é ter a certeza que ele irá para longe, é torná-lo prisioneiro de sua própria partida. Mas a isso a água acrescenta a massa obscura de seus próprios valores: ela leva embora, mas faz mais que isso, ela purifica (FOUCAULT, 2007, p.12).

O sentido desta peregrinação era purgativo e purificador. O simbolismo contido na água era o da limpeza, o objetivo era purificar as cidades da presença dos loucos; eles circulavam em espaços que não eram próprios, encontravam-se em toda parte e em nenhuma. Um espaço aberto e de circulação, “espaço infinito, incerto: figuras moventes, logo apagadas, não deixam atrás dela senão uma esteira delgada e uma espuma; tempestades ou tempo monótono; estradas sem caminho” (FOUCAULT, 2011, p.205).

Essa figura encarnada pelo louco exilado não mostrava ainda o que estava por vir, a separação entre razão e desrazão. Na experiência renascentista havia uma razão própria da loucura. Para Araújo (2008), razão e loucura se recusam, mas uma fundamenta a outra, pois a loucura é julgada e controlada por uma razão, tornando-se mesmo uma das formas da razão ou sua secreta manifestação, por meio da qual pode

tomar consciência de si (ARAÚJO, 2008, p.27). Não havia enclausuramento, reclusão ou mesmo terapêuticas. A loucura exilada na nau dos loucos, segundo Foucault (2007),

[...] torna-se uma das próprias formas da razão. Aquela integra-se nesta, constituindo seja uma de suas forças secretas, seja um dos momentos de sua manifestação, seja uma forma paradoxal na qual pode tomar consciência de si mesma. De todos os modos, a loucura só tem sentido e valor no próprio campo da razão” (FOUCAULT, 2007, p.33).

A nau não transportava o posterior antagonismo entre o homem de razão e o homem de loucura. Portanto, podemos indagar o que ocorreu para que a loucura se deslocasse dessa imensidão marítima, desse espaço aberto para um local fixo e fechado no interior das cidades? A ambiguidade dessa experiência está no cerne dessa questão. Há, para Foucault (2004), uma ambiguidade da experiência renascentista da loucura, modulada pela água e a navegação. Para ele, a ambiguidade consiste no fato do louco na nau ser um prisioneiro no meio da mais livre, da mais aberta das estradas, e, no entanto, estar solidamente acorrentado à infinita encruzilhada. É o passageiro por excelência, isto é, prisioneiro da passagem (FOUCAULT, 2004, p.40). O autor analisou produções artísticas deste período, principalmente ligadas à pintura e a literatura, que atestam essa experiência ambígua: elas mostravam um lado trágico e cósmico e um crítico. Segundo Muchail (2004), o lado trágico transparece nas imagens pictóricas da época, enquanto o lado crítico se mostra nas composições literárias e filosóficas. (MUCHAIL, 2004, p.42).

O lado trágico e crítico conviveriam durante muito tempo, no entanto, a experiência trágica da loucura irá aos poucos perder acento, ficando obscurecida pela crítica. A consciência crítica torna-se cada vez mais forte em detrimento da experiência trágica que forneceu subsídios para a experiência racional da loucura.

[...] no curso da história, a predominância do saber crítico sobre o trágico, marcando o domínio da razão sobre a loucura, assinala o fim da experiência renascentista, abrindo o limiar da Idade Clássica e, a partir dela, os caminhos que conduzirão à experiência moderna da loucura. (MUCHAIL, 2004, p.43).

O espaço destinado à experiência da loucura começa a dar sinais de mudanças. Loucura e razão entram em uma relação reversível que estreita progressivamente o espaço apropriado para abrigar os loucos. Investida pela razão, a loucura vê surgir em seu horizonte novas formas de governo e novas fronteiras espaciais. Ela abandona a nau e desembarca nas cidades para se alojar nos Hospitais Gerais. Nos séculos a seguir ela será aprisionada pelo pensamento moderno calcado na cisão entre razão e desrazão.

1.3 Herdeiro - O endereço fixo do Hospital Geral.

O gesto que, ao traçar o espaço de internamento, conferiu-lhe um poder de segregação e atribuiu à loucura uma nova pátria, por mais coerente e ordenado que seja esse gesto, não é simples. Ele organiza numa unidade complexa uma nova sensibilidade à miséria e aos deveres da assistência, novas formas de reação diante dos problemas econômicos, do desemprego e da ociosidade, uma nova ética do trabalho e também o sonho de uma cidade onde a obrigação moral se uniria à lei civil, sob as formas autoritárias da coação. (FOUCAULT, 2007, p.56).

No período do Renascimento, por circular e navegar por meio da nau dos loucos, a loucura encontrava-se exilada das cidades. No entanto, a experiência Clássica demarcou uma nova sensibilidade no que diz respeito à loucura. As mudanças políticas, sociais, econômicas afetaram seu estatuto, criando um novo espaço para o louco. A experiência da navegação teve seu fim anunciado principalmente pela inauguração de um gesto de oposição, de separação; a nau dos loucos desapareceu do horizonte quando a loucura passou a ser o oposto da razão, quando o louco passou a ser um desarrazoado.

Com esta separação anunciada *o louco* passou não mais a vagar, passou a ser alvo de ações coercitivas e repressivas localizadas principalmente no espaço recém-criado dos Hospitais Gerais. Segundo Machado (1995), aquilo que foi chamado Hospital Geral, criado na França por Luís XIV, em aproximadamente 1656, é um

marco político importante, uma vez que mostra um modo diferente de lidar, não propriamente com a loucura, e sim com o louco.

A partir da data de fundação do primeiro Hospital Geral de Paris, inicia-se a criação de outros hospitais que “constituem a estrutura visível e a forma institucional da cisão entre razão e desrazão” (MUCHAIL, 2004, p.44). Apesar de novas edificações serem levantadas, alguns hospitais, muitas vezes, eram estabelecidos nos locais dos antigos leprosários. A função deles, assim como seus antecessores, não era propriamente médica ou curativa. Não havia no funcionamento dos hospitais um propósito terapêutico, mas sim segregatório. Segundo Foucault (2007),

O Classicismo inventou o internamento, um pouco como a Idade Média a segregação dos leprosos; o vazio deixado por estes foi ocupado por novas personagens no mundo europeu: são os ‘internos’. O leprosário não tinha um sentido apenas médico; muitas outras funções representaram seu papel nesse gesto de banimento que abria espaços malditos. O gesto que aprisiona não é mais simples: também ele tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, morais (FOUCAULT, 2007, p.53).

Essas novas construções demarcavam novas fronteiras do perímetro espacial do louco, que Foucault (2007) chamou de “A Grande Internação”. Neste período, um vasto número de indivíduos foi encaminhado para a internação nos Hospitais Gerais.

Esses personagens que habitavam os Hospitais Gerais, listados em diferentes passagens durante toda a “*História da Loucura*”, podem ser assim identificados: pobres, vagabundos, correccionários, desempregados, jovens que perturbam o repouso da família ou delapidam seus bens, devassos, pródigos, enfermos, libertinos, filhos ingratos, pais dissipadores, prostitutas, homossexuais, mágicos, suicidas, portadores de doenças venéreas, blasfemadores, alquimistas, pretensas feiticeiras, e também insensatos, cabeças alienadas, espíritos transtornados... Enfim, homens de desrazão. (MUCHAIL, 2004, p.44). Homens que deveriam retornar às condutas regulares.

Segundo Machado (1995), os Hospitais Gerais eram uma entidade coercitiva, repressiva que nada tem a ver com as questões da essência da loucura e da recuperação do louco, mas que tem tudo a ver com a exclusão de indivíduos considerados perigosos por causa do comportamento associal. (MACHADO, 1995).

Quando se criaram os Hospitais Gerais, a pretensão foi manter a ordem social, pois para o homem ocupado com suas obrigações sociais, a miséria era um obstáculo à ordem. A prática do internamento não tinha um sentido médico nem preocupações curativas tratava-se de um problema de polícia, tinha um sentido ético. Os homens internados eram inadequados à razão e moral da época. O que está ocorrendo neste período para que alguns indivíduos sejam alvo de técnicas coercitivas e de punição? Por que alguns eram internados e outros não? Qual a moral e ética estabelecida pela razão Clássica? Como era feita a divisão?

O período entre os séculos XVI e XVII foi dominado pelo mercantilismo e conseqüentemente pelo crescimento e organização dos grandes centros urbanos quando a demarcação de quem era ou não produtivo, era indispensável para o crescimento econômico e social.

De acordo com Foucault (2011), no século XVII, a sociedade europeia tornou-se intolerante com os loucos e a causa foi o começo da formação da sociedade industrial. Foram criados estabelecimentos para internar não só os loucos, mas os velhos, os doentes, os desempregados, os ociosos, as prostitutas, todos aqueles que se encontravam fora da ordem social. A sociedade industrial não podia tolerar a existência de grupos de vagabundos (FOUCAULT, 2011, p.265).

Os internos dos Hospitais Gerais eram todos aqueles estranhos à razão dessa época. Eram o “outro” aos olhos da razão e da moral da época, balizada pelo imperativo do trabalho. Uma prática enaltecida, em que “aquele que não trabalha e não produz deve ser enclausurado” (FOUCAULT, 2011, p.289). “Internava-se naquela época sem qualquer discriminação os velhos, os enfermos, as pessoas que não queriam ou não podiam trabalhar” (FOUCAULT, 2011, p.288).

O louco foi mais um entre tantos hóspedes destes hospitais. É um louco que ainda não é individualizado e percebido a partir de uma especificidade médica. “É o

louco como um elemento de uma população mais englobante, formada por desarrazoados, de desatinados” (MACHADO, 1995).

A clausura organizava uma complexidade de fatores e mudanças no horizonte da Idade Clássica:

- A pobreza era vista como um problema moral, diferentemente da visão mística da Idade Média que via o pobre como um representante de Deus. A concepção moral condenava a pobreza, ela perturbava a ordem do espaço social.

- A ociosidade era condenada. Portanto, o desempregado, além de enclausurado, deveria trabalhar entre os muros do hospital. Assim, o internamento fornecia mão de obra barata.

- A clausura, em época de crises econômicas, de baixa de salários e de desemprego, protegia a sociedade de revoltas populares e prevenia desordens públicas.

- O trabalho assumiu uma nova ética atrelada à concepção moral que criou leis civis que não condenava o ocioso, mas tentava trazê-lo de volta à sociedade, à cidade pela obrigatoriedade do trabalho.

Nos Hospitais Gerais, o louco dividia o espaço recluso com todos os indivíduos que não estavam em consonância com a realidade moral. Todos os inadaptaíveis à sociedade tinham no espaço do hospital sua morada. Os internos não eram, como seriam a seguir, um objeto de conhecimento específico; eram tratados como “sujeito moral” (FOUCAULT, 2007, p.62) e deveriam ter como abrigo as casas de correção.

Até esse ponto, as práticas em relação à loucura produziram deslocamentos nos espaços a ela designados. Da loucura errante da nau ao confinamento do louco no espaço correcional do Hospital Geral. Migração da água para um local fixo na cidade. O internamento nos Hospitais Gerais, relacionados à pobreza, à incapacidade laboral, à impossibilidade de integrar-se no grupo, era uma ferramenta para a manutenção de uma ordem social. A experiência Moderna da loucura abrirá outra sensibilidade e modificará o espaço do internamento.

A loucura só terá hospitalidade doravante entre os muros do hospital, ao lado de todos os pobres. E lá a encontramos ainda ao final do século XVIII. Com respeito a ela, nasceu uma nova sensibilidade: não mais religiosa, porém moral. Se o louco aparecia de modo familiar na paisagem humana da Idade Média, era como que vindo de um outro mundo. Agora, ele vai destacar-se sobre um fundo formado por um problema de ‘policia’, referente à ordem dos indivíduos na cidade. Outrora ele era acolhido porque vinha de outro lugar; agora, será excluído porque vem daqui mesmo, e porque seu lugar é entre os pobres, os miseráveis, os vagabundos. A hospitalidade que o acolhe se tornará, num novo equívoco, a medida de saneamento que o põe fora do caminho. De fato, ele continua a vagar, porém não mais no caminho de uma estranha peregrinação: ele perturba a ordem do espaço social. (FOUCAULT, 2007, p.63).

A era Clássica, ao internar os indivíduos que manifestavam a loucura, fincou estacas de fundação no terreno sobre o qual se construiria os Asilos. O vínculo entre loucura e espaço se estreita cada vez mais, tornando-se quase que essencial.

Como se deu essa outra mudança de estatuto do louco? Como ele passou de uma figura da pobreza para um objeto de conhecimento médico? Por que ele será individualizado pela medicina, separado no interior da separação? O que ocorreu na Modernidade que permitiu a criação de um espaço totalmente voltado para o tratamento do louco? Um espaço criado pela e para a medicina e preponderantemente terapêutico.

1.4 Separado – A hospedagem constrangida no asilo

Às portas da passagem da Idade Clássica à Modernidade, chegamos ao terceiro tempo da obra de Foucault, em que o espaço do Asilo torna-se o local privilegiado das práticas relativas à loucura. O louco faz mais um deslocamento espacial, ele é liberto do Hospital Geral para ser internado nos Asilos. Seu estatuto social, econômico e político sofre transformações e a figura do alienado surge como síntese dessas mudanças.

O louco passa a ser compreendido de outra maneira e, por causa disso, torna-se alvo de uma medicalização. Esta, por sua vez, reforma os espaços dos Hospitais Gerais e dá subsídios para o surgimento de um tratamento específico da loucura, o Tratamento Moral.⁴

No interior do espaço de internação olhos miram os loucos sob lentes diferentes; entre os muros do Hospital Geral o louco será separado. O olhar que o fita agora passa pela lente da medicina, do saber médico. Nesta medicalização da loucura está contida toda sorte de transformações vividas pela sociedade ocidental: o aumento da industrialização, novos modelos de produção, crescimento dos centros urbanos, fortalecimento do capitalismo, disciplinarização social, nascimento de uma medicina do social, medicalização dos hospitais, a construção de saberes sobre o homem e o estabelecimento de uma verdade sobre o indivíduo produzindo modos de condutas regulados por uma normalidade.

⁴ Este novo cenário em que a loucura se encontra é fruto de um processo mais abrangente que cria o que Foucault chamou de “sociedade disciplinar”, voltaremos a este ponto a seguir.

Ora, por que a situação dos loucos mudou no final do século XVIII ao início do século XIX? [...] a partir do início do século XIX a velocidade do desenvolvimento industrial se acelerou e, como primeiro princípio do capitalismo as hordas de desempregados proletários eram consideradas como um exército de reserva da força do trabalho. Por essa razão, os que não trabalhavam, sendo capazes de trabalhar, saíram dos estabelecimentos. Porém, ali também, um segundo processo de seleção se operou: não os que não queriam trabalhar, mas os que não tinham a faculdade de trabalhar, a saber os loucos foram deixados dentro dos estabelecimentos e foram considerados como pacientes cujos distúrbios tinham causas que se referiam ao caráter ou de natureza psicológica. (FOUCAULT, 2011, p.266).

O internamento ganhou valor terapêutico e tornou-se Asilar, a loucura objeto de conhecimento, objeto da medicina, se tornou doença. Doença e Asilo se encontram forjando uma relação necessária. Não foi necessariamente uma descoberta científica que possibilitou o desenvolvimento de um tratamento específico da loucura, mas sim transformações sociais que culminaram em novas práticas que visavam à população em geral.

A loucura na Modernidade continua enclausurada, porém, por outros motivos. No Asilo o louco se estabelece como objeto de conhecimento. Para Muchail (2004),

A designação posterior e moderna da loucura como alienação e depois como doença mental não será o resultado direto de uma espécie de progresso do conhecimento. Sua condição de possibilidade encontra-se lá, naquele gesto que produzira a alienação, isto é, que segregara, que colocara a distância, que ‘alienara’ a desrazão. É porque já ‘distanciada’, já segregada, que a loucura poderá, na Modernidade, ser ‘separada’ como objeto possível do conhecimento, numa esfera que será não mais da

desrazão, mas da alienação e da doença mental. (MUCHAIL, 2004, p.45).

Nessa separação a que se refere Muchail, a loucura passa a ser olhada, percebida, reconhecida: torna-se objeto. Assim,

A ‘medicalização’ não significa, de fato, a simples confiscação da loucura por um olhar médico. Ela implica na definição, através da instituição médica, de um novo *status* jurídico, social e civil do louco: o *alienado* [...]. A internação em um ‘estabelecimento especial’ é o elemento determinante que condiciona esse *status*” (CASTEL, 1978, p.55-56).

O alienado era portador de um distúrbio que incapacitava sua inclusão nas trocas sociais com os indivíduos de razão da época. Em outras palavras o ‘alienado’ será reconhecido simultaneamente como incapaz e como louco, denominar-se-á ‘doença mental’ essa união entre o fato de uma incapacidade jurídica do indivíduo e o fato de um distúrbio que afeta a vida social. (MUCHAIL, 2004, p.49).

Com essa união, estabelece-se como uma prática o internamento do louco nos Asilos, um espaço específico para a loucura. Essa junção inaugura a loucura percebida como uma doença mental, um objeto de conhecimento e de ordenamento social e desencadeia o processo de reestruturação dos hospitais como um todo e da passagem do louco para o asilo.

Segundo Foucault (2007, p.477),

O importante é que essa transformação da casa de internamento em asilo não se fez através da introdução progressiva da medicina – espécie de invasão proveniente do exterior – mas *através de uma reestruturação interna desse espaço ao qual a era clássica não havia dado outras funções além das de exclusão e correção.* A

progressiva alteração de suas significações sociais, a crítica política da repressão e a crítica econômica da assistência, a apropriação de todo o campo do internamento pela loucura, enquanto todas as outras figuras do desatino foram dele pouco a pouco afastadas, tudo isso é que faz do internamento um lugar duplamente privilegiado pela loucura: o lugar de sua verdade e o lugar de sua abolição. (FOUCAULT, 2007, p.477).

Através dessa reestruturação interna do espaço dos hospitais, os pobres em geral se viram libertos, deixando para trás o louco, que não era mais uma figura de pobreza, mas sim um doente. A fundação do alienismo não está no descobrimento do louco pela medicina, mas sim na incidência de modificações econômicas, políticas e sociais da sociedade como um todo. Ou como Castel (1978) colocou, houve neste momento uma metamorfose.

[...] chamaremos de *metamorfose* a transformação do conjunto dos elementos do sistema. Uma metamorfose marca a passagem a uma outra coerência, é a expressão de uma outra política. Não se pode mais interpretá-la a partir da reestruturação interna do dispositivo médico. É o produto de uma renegociação global das divisões de poder com as outras instâncias interessadas numa política de controle: a justiça, a administração central, as comunidades locais, a escola, as famílias e etc. (CASTEL, 1978, p.13).

1.5 O espaço asilar

Ao lado do louco, somente outro louco. Vimos anteriormente que, no Hospital Geral, o louco convivia e dividia seu espaço com os pobres, fazendo parte de uma massa de pessoas que não partilhavam da razão da época. Com a criação do Asilo, o louco passará a conviver somente com outro louco. Concebido como parte de um conjunto de tecnologias da sociedade disciplinar o Asilo possuía objetivos estritamente terapêuticos. Almejava-se uma cura para a loucura que seria a normatização das condutas alcançadas pela moralização e normalização dos comportamentos desviantes: o tratamento proposto era moral.

Para Foucault (2001), a prática do internamento mais sistemático e com o objetivo de tratar a loucura só nasceu no começo do século XIX e coincidiu com o momento em que a loucura foi percebida menos com relação ao erro do que com relação à conduta regular e normal (FOUCAULT, 2001, p.121). A loucura foi concebida como uma desordem na maneira de agir, de sentir, de querer e de tomar decisões. O enclausuramento não tinha como base a exclusão, a proposta não era segregar somente, separar o louco da sociedade, mas sim incluí-lo em um modelo de reabilitação de condutas. Para Foucault (2005),

O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão. Mesmo se os efeitos dessas instituições são a exclusão do

indivíduo, elas têm como finalidade primeira fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens (FOUCAULT, 2005, p.114).

A internação e o isolamento terapêutico em um espaço totalmente criado para tratar se torna a premissa básica do alienismo. O Asilo torna-se o único espaço de tratamento da loucura. A bússola que aponta o destino da relação entre o louco e seu espaço, agora apontaria primordialmente para este espaço disciplinarizado e moralizado. Mais do que nunca, podemos observar o estreitamento desta relação entre o louco e o espaço. No momento em que o louco passa a ser visto como um doente, o único local possível de abrigá-lo é este meio terapêutico por excelência. “Um alienado não é somente um doente, mesmo mental, trata-se de alguém que *deve ser internado*”. (CASTEL, 1978, p.235) O espaço fechado, ordenado, moralizado, disciplinado é a prerrogativa básica do alienismo. “*Intervir é internar*” (CASTEL, 1978, p.235).

E internar em um espaço construído, em suas minúcias, com o único objetivo de curar. Cada sala, parede, quarto, coluna, divisão, cela visava a organização dos internos dentro de um local que funcionava como um remédio arquitetônico. O médico, a medicina era a detentora de um saber que dispunha a paisagem dos Asilos. Esquirol, um dos grandes alienistas da época, em um de seus escritos sobre a doença mental,

ensina como construir um hospício. E ele diz justamente: ‘um hospício é uma instituição importante demais para ser entregue aos construtores’. Ele teria que ser construído pelo médico, porque é uma instituição médica e é enquanto construção que o hospício cura. O que cura a loucura seria, segundo o grande psiquiatra do início do século XIX, o próprio hospício (MACHADO, 1995).

Outro grande alienista, o francês Philippe Pinel, escreveu em 1809 o *Traité Médico-Philosophique sur l'Aliénation Mentale*. Esse tratado forneceu a premissa teórica sobre a alienação mental e indicou a terapêutica adequada. Pinel sustentava que a origem da loucura era um desarranjo de condutas, portanto, uma doença moral. Com esse livro, Pinel redefiniu totalmente as funções da internação, criando assim os asilos como parte essencial do tratamento. O enclausuramento não tinha apenas a função de proteger a sociedade dos perigos do louco. Abrigava-o em um local de tratamento, em um espaço para a aplicação do Tratamento Moral.

Para Machado (1995), antes do século XIX, a loucura era o “outro” da razão, depois passa a fazer parte do homem de razão. Só que ela, a razão, é parte adormecida, encoberta e precisa ser desvelada, trazida à tona pelo médico como uma figura terapêutica. Se na loucura o homem pode aparecer alienado, afastado de si mesmo, estrangeiro de si mesmo, a ação do terapeuta é uma ação eminentemente moral.

A prática do internamento no começo do século XIX coincidiu com o momento em que a loucura é percebida menos com relação ao erro do que com relação à conduta regular e normal. Momento em que aparece não mais como julgamento perturbado mas como desordem na maneira de agir, de querer, de sentir paixões, de tomar decisões e de ser livre. Enfim, em vez de se inscrever no eixo verdade-erro-consciência, se inscreve no eixo paixão-vontade-liberdade. (FOUCAULT, 2001, p.121).

Se o louco é um doente mental e um doente moral, o processo de cura estaria em readequar moralmente seus comportamentos, aqueles que são desviantes. Esses desvios seriam apontados pelo guia da normalidade, que daria a direção do tratamento. Citando Esquirol, Foucault (2001) escreveu que o processo de cura é a volta às afeições morais dentro de seus justos limites, o desejo de rever seus amigos, seus filhos, as lágrimas da sensibilidade, a necessidade de abrir seu coração, de estar com sua família, de retomar seus hábitos (FOUCAULT, 2001, p.121).

Para abrir o coração do louco para a moralidade era necessário fechá-lo dentro do asilo. O tratamento moral era realizado em um espaço controlado como produtor e fomentador de um campo de moralidade, era necessário recuperar o louco do abismo desviante em que se encontrava. A loucura nada mais era que uma desordem manifestada pelas maneiras de agir e sentir, pela vontade e liberdade do homem. O louco passou a ser visto como alguém que apresenta comportamentos desviantes escapando assim às normas aceitas e compartilhadas. Toda a tecnologia e terapêutica dispensada tinha o objetivo de regular novamente o louco às estas normas.

Este novo lugar da loucura está essencialmente articulado com o surgimento da Sociedade Industrial. Com o seu advento, surge também a demanda de um novo homem, que será regulado nas suas ações e pretensões por uma nova Moral. Esta se inscreve nos códigos jurídicos, nas regras institucionais, no surgimento de novas instituições, nos discursos científico e filosófico. (BIRMAN, 1978, p.11).

Segundo Castel (1978), Pinel reuniu três dimensões, heterogêneas em aparência, cuja circulação vai constituir a síntese alienista: classificação do espaço institucional, arranjo nosográfico das doenças mentais, imposição de uma relação específica de poder entre o médico e doente e o ‘tratamento moral’ (CASTEL, 1978, p.81). Para Castel (1978), o alienismo é baseado em operações através das quais se desenvolve a estratégia da ordem, a prática asilar é toda fundada nessa premissa do ordenamento (CASTEL, 1978, p.85).

Vejamos o funcionamento do Asilo baseado nas ideias de Pinel segundo a leitura de Castel (1978).

1. Primeira imposição da ordem: *isolar do mundo exterior*, romper com esse foco de influências não controladas no qual a doenças encontraria do que entreter sua própria desordem. É a justificação do ‘isolamento terapêutico’ (CASTEL, 1978, p. 85).

2. Segunda imposição da ordem: a constituição da ordem asilar, essa articulação rigorosa dos lugares, das ocupações, dos empregos do tempo, das hierarquias que tecem a vida cotidiana do doente com uma rede de regras imutáveis. [...] um novo laboratório social no qual toda a experiência humana poderia ser reprogramada. A segregação é, portanto, algo diferente do simples transplante de um lugar em outro, ou mesmo a impossibilidade de se comunicar com o exterior em uma instituição fechada. Ela se pretende uma mudança de meio que opera uma inversão dos valores: o mundo ‘normal’ é, doravante, o lugar da reprodução da desordem, ao passo que o grande cemitério asilar passa a ser um espaço coextensivo da razão, onde os loucos vivem na transparência da lei reapropriando-se dela (CASTEL, 1978, p.87).

3. Terceira modalidade da implantação da ordem: *a relação de autoridade* que une o médico e seus auxiliares ao doente, no exercício de um poder sem reciprocidade e constantemente aplicado. Pois, a loucura é desordem e nada mais que isso. [...]. O médico é a lei viva do asilo e o asilo é o mundo construído à imagem da racionalidade que ele incarna. O espaço hospitalar concentra seus poderes e, inversamente, a ordem inscrita nas coisas ganha vida como ordem moral por ter como suporte a vontade do médico. O *tratamento moral* é essa estratégia através da qual o poder médico se apoia em todas as relações institucionais que, por sua vez, foram articuladas para lhe servir de intermediário. (CASTEL, 1978, p. 89).

Podemos perceber então que, o espaço do Asilo é, em cada detalhe, construído para servir como uma ferramenta de tratamento. É um espaço disposto por princípios médicos sustentados pela racionalidade moderna: um instrumento disciplinar de ortopedia moral. “Não se trata mais do espaço indiferenciado da promiscuidade e dos contágios, mas sim um território ordenado cujos caminhos balizados representam etapas para a cura” (CASTEL, 1978, p.89).

O indivíduo curado pelo Tratamento Moral ideal é aquele que está capacitado a viver em equilíbrio com as exigências da sociedade. A saúde é esse equilíbrio entre os “princípios religiosos, morais, educacionais e passionais” (BIRMAN, 1978, p.109). Já a alienação mental é uma incapacidade de gerir a vida em equilíbrio com estes princípios. Esses princípios estão em consonância, segundo Birman (1978), com um campo de transformações morais, sociais e econômico-políticas que incidem

na instituição familiar, demandando uma nova intimidade e novos inter-relacionamentos pessoais. As crescentes exigências formadoras face à infância, dando importância à instituição escolar, as novas normas para o convívio urbano, criando toda uma recente preocupação pelo desvio social e pela delinquência, enfim todo este conjunto cria um campo homogêneo de novas práticas e representações, sobre o qual se constitui o saber psiquiátrico. (BIRMAN, 1978, p.21).

A loucura tem seus limites delimitados pelas normativas que regem uma determinada sociedade em sua época. Os comportamentos desviantes do louco só são assim percebidos em relação aos comportamentos construídos dentro de uma dada normalidade de condutas. Portanto, com Foucault (2011), afirmamos: a loucura só existe em uma sociedade, ela não existe fora das normas da sensibilidade que a isolam e das formas de repulsa que a excluem ou a capturam (FOUCAULT, 2011, p.163).

Vejamos como Birman (1978) esclareceu o papel do espaço para o Alienismo.

Como *tratamento*, nas pessoas caracterizadas como alienadas. Estas seriam afastadas de seu meio ambiente familiar e social, colocadas no espaço asilar, onde esta normatização moral se faria num meio moralmente instrumentado para operar a conversão ou a reconversão do indivíduo ao mundo das normas. A cura psiquiátrica é essencialmente *tratamento moral*, mesmo quando se pretende realizar com meios físicos, já que a ação conjunta do psiquiatra e sua equipe de auxiliares, enquanto sistema organizado no asilo, prescreve uma ordenação dos loucos no espaço e no tempo com o objetivo de regular as suas paixões, pela regulação de suas atividades. O asilo é um instrumento de instituição de normas morais. (BIRMAN, 1978, p.35).

O espaço da cura, o asilo, deveria ser disposto de tal forma, como um *espaço externo ordenado e disciplinado*, a fim de *impor ordem no espaço interno dos alienados* (BIRMAN, 1978, 37).

No espaço disciplinarizado do asilo os internos são controladas em muitos aspectos de sua vida. Existe uma hora específica para todos comerem, independente do desejo ou da fome; os objetos pessoais aos poucos são perdidos ou compartilhados com outros e dorme-se na hora estipulada pela instituição, não há escuta, não há escolha. O cotidiano torna-se uma ortopedia moralizante. Para Castel (1978),

No asilo, a justificação terapêutica de todas as atividades é deduzida do mesmo princípio. A organização da vida cotidiana é tratamento, a submissão às ordens do pessoal é tratamento, o trabalho é tratamento. O ‘tratamento moral’ é o desenrolar de uma tecnologia englobante que supostamente unifica, internamente, a diversidade das coerções (de ordem econômica, administrativa, pessoal, etc.) impostas ao recluso. A menor peripécia da vida cotidiana é retomada no projeto global da instituição e elevada à dignidade de suporte terapêutico (CASTEL, 1978, p.93).

A arquitetura, o esquadramento do espaço, as divisões, as alas, as celas, os pavilhões que separam a enfermidade, a divisão do espaço do interno e do funcionário do asilo, enfim, o espaço em suas minúcias era estruturado como um instrumento de cura. Essa homogeneização e normalização dos corpos tinha como objetivo final produzir uma conduta não desviada pela loucura. O asilo agia como uma “camisa de força moral [...]” (CASTEL, 1978, p.116).

Nos últimos quatro séculos acompanhamos a peregrinação da loucura por espaços diversos. Espaços destinados e construídos para lidar com a questão colocada pela loucura. Com Foucault, essa peregrinação tem um ponto específico de mirada. O ponto de cisão entre razão e desrazão. Ele nos mostra que, a partir deste

momento, o louco viu seu espaço se estreitar cada vez mais em torno de si. Das viagens marítimas da nau ao enclausuramento entre seus pares pobres e desarrazoados no Hospital Geral, e do Hospital Geral ao espaço disciplinar curativo do Asilo. Espaços diversos por suas lógicas, funções e, inclusive, por suas constituições arquiteturais. Do exílio à exclusão, da exclusão ao asilo local que marcará de uma forma intensa o estatuto do louco. No asilo, uma “máquina de curar” (FOUCAULT, 2001, p.205), a tentativa era de remoldar o louco.

Tal funcionamento, no entanto, não era restrito apenas ao Asilo. Foi o Asilo resultado de mudanças políticas, econômicas e sociais derivadas principalmente da disciplinarização da sociedade como um todo. Para Castel (1978), o asilo terapêutico se inscreve na continuidade do desenvolvimento das instituições disciplinares (CASTEL, 1978, p.90).

De fato, no período de passagem entre a Idade Clássica e a Modernidade, as cidades e a população em crescimento, bem como o aumento da industrialização e da produção, viu surgir novas práticas que Foucault chamou de sociedade disciplinar. As disciplinas são métodos, mecanismos de poder que visam essencialmente o corpo dos indivíduos para adestrá-los ou adequá-los ao aparelho de produção em expansão. O objetivo é obter um corpo mais forte, em termos econômicos e de utilidade, e por outro lado, diminuir sua força, em termos políticos e de obediência.

A disciplina caracterizou-se, principalmente, como um modo de organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta. Ela marcou também o aparecimento de fábricas, hospitais, escolas, casas de correção, prisões e etc., cujas características de fundo ainda hoje permanecem. Foucault chama-as de “instituições de sequestro”, em razão de que a reclusão que elas operam não pretende propriamente “excluir” o indivíduo recluso, mas antes “incluir-lo” num sistema normalizador (FOUCAULT, 2004, p.51).

Foi fomentado pela disciplina, a criação de estabelecimentos, espaços e instituições que funcionavam segundo princípios como vigilância, separação, classificação e funcionalidade. Espaços com o objetivo de controlar corpos torná-los mais úteis e funcionais ao aparelho de produção de uma determinada época. Para Foucault (2009), a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos

no espaço. (FOUCAULT, 2009, p. 137). Nessa “arte das distribuições” podemos encontrar algumas regras básicas de funcionamento: a clausura, o quadriculamento, a localização funcional e a classificação.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’. [...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (FOUCAULT, 1997, p.133).

Assim, segundo Muchail (2004), a disciplina corporal é minuciosa, desenvolvendo-se de formas diversificadas, mas, de algum modo, semelhantes e inter cruzadas tanto na pedagogia escolar como na organização militar do espaço hospitalar, como também nas prisões, de modo a cobrir o corpo social por inteiro (MUCHAIL, 2004, p.67).

A disciplina, ao agir sobre os indivíduos como parte de uma população, normalizava e prescrevia condutas. A partir das práticas disciplinares, novos saberes e construções teóricas objetivaram o homem, criando verdades sobre este. Para Muchail (2004), certos procedimentos e certas práticas não-discursivas de estabelecimento da verdade puderam tornar-se matrizes ou modelos para a produção discursiva da verdade. Objetivação dos indivíduos na ordem do que é certo ou errado, normal ou não normal.

Um mesmo feixe de técnicas disciplinares é suscetível de impor a recuperação da razão (ou seja, o retorno à normalidade dominante) e de domesticar o povo (ou seja, fazê-lo interiorizar as regras que

garantem a reprodução da ordem burguesa). Mas, desse ponto de vista, o tratamento moral tem função de modelo ideal. Porque trata de um problema estritamente circunscrito num meio especial e fechado, ele representa o paradigma de qualquer pedagogia autoritária (CASTEL, 1978, p.137).

Traremos aqui uma longa citação de Foucault que se faz importante, pois atesta esta objetivação do homem, a busca de uma verdade e de um saber sobre este. Para o autor, é através da loucura que o homem poderá se tornar verdade concreta e objetiva aos seus próprios olhos.

Neste sentido, ela (a loucura) é como um modelo para toda psicologia possível: ela mostra, ao nível perceptível, corpos, comportamentos e mecanismos; e, ao nível do objeto, o momento inacessível da subjetividade; e assim como esse momento subjetivo não pode ter para o conhecimento uma existência concreta a não ser na objetividade, esta, por sua vez, só é aceitável e só tem sentido através daquilo que ela exprime do sujeito. A rapidez, propriamente insensata, da passagem do subjetivo para o objetivo na loucura moral realiza, bem para além das promessas, tudo aquilo que uma psicologia poderia desejar. Ela forma como que uma psicologização espontânea do homem. Mas, exatamente por isso, revela uma dessas verdades obscuras que dominaram toda a reflexão do século XIX sobre o homem: é que o momento essencial da objetivação, no homem, constitui uma coisa única com a passagem para a loucura. A loucura é a forma mais pura, a forma principal e primeira do movimento com o qual a verdade do homem passa para o lado do objeto e se torna acessível a uma percepção científica. O homem só se torna *natureza* para si mesmo na medida em que é capaz de *loucura*. Esta, como passagem espontânea para a objetividade, é o momento constitutivo no devir-objeto do homem (FOUCAULT, 2007, p.518).

Desta forma, a disciplinarização da sociedade criou o local individualizado para o louco, pois ele não fazia parte de uma multidão de pobres confusamente armazenada nos Hospitais Gerais. Seu destino ainda é o da internação em um local fechado, no entanto, em um espaço reformado que busca disciplinar, endireitar suas condutas tortuosas a partir da régua moral da época. A loucura torna-se alienação, uma verdade médica e um objeto de conhecimento. A figura histórica do asilo é criada como o local apropriado para a realização desse cuidado. “É como alienação mental que a loucura torna-se uma verdade positiva no novo espaço que lhe é designado. Será tomada como um objeto bem discriminado com contornos e manifestações bem marcadas” (BIRMAN, 1978, p.4).

A função destas tecnologias era a de ordenar a existência dos indivíduos pela disciplinarização do corpo. O corpo do homem disciplinado era controlado em seus mínimos detalhes, nas mínimas parcelas de vida. Esta particularidade de funcionamento não era encontrada somente entre os muros dos Asilos, ela estava presente também nos hospitais como um todo.

A reforma dos hospitais, mais particularmente os projetos de sua reorganização arquitetônica, institucional, técnica, adquiriu importância, no século XVIII, graças a este conjunto de problemas que articulam o espaço urbano, a massa da população com suas características biológicas, a célula familiar densa e o corpo dos indivíduos. É na história destas materialidades – tanto políticas quanto econômicas – que se inscreve a transformação física dos hospitais (FOUCAULT, 2001, p.207).

A história oficial da Psiquiatria conta de forma mítica seu momento de fundação. Ela declara Pinel o grande libertador dos loucos, pois foi dentro do Hospital Geral que ele os encontrou e soltou-os dos grilhões que os prendiam a uma animalidade. Possível eufemismo? O louco continuou internado, continuou fechado. Foi objetivado, singularizado, tratado e moralizado.

Segundo Foucault (2007), foi entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontraram os loucos; é lá – não nos esqueçamos – que

eles os deixaram, não sem antes se vangloriarem por terem-nos libertos (FOUCAULT, 2007, p.55). Se Pinel libertou alguém, foram os velhos, os enfermos, as prostitutas, os vagabundos, os ociosos, os pobres em geral. O louco permaneceu e permanecerá internado.

8 Architectures pieces dedicated to a phantom architect⁵

Build a dotted line house

Let people imagine the missing parts

Let people forget about the missing parts

(Yoko Ono)

⁵ 8 obras de arquitetura dedicadas a um arquiteto fantasma – Construa uma casa com linhas pontilhadas / Deixe as pessoas imaginarem as partes que faltam / Deixe as pessoas esquecerem sobre as partes que faltam.

2 - “34 GRAUS AQUI NÃO É 34 GRAUS LÁ” – PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E ESPAÇO

Em meados do século XX o louco experimentará mais um deslocamento espacial. A lógica asilar discutida no capítulo anterior, será substituída e acionará a criação de novas práticas: da lógica asilar à lógica territorial. Substituição arregimentada pelos movimentos de Reformas Psiquiátricas (RP). O louco será desalojado do espaço fechado do Asilo na tentativa de criar uma habitação na comunidade, no espaço aberto do território. Compreendemos estas novas práticas como *abertura do espaço* e não somente como um *espaço aberto* (FURTADO, p.15). O espaço passa a ter relevância no que se refere às construções subjetivas, e de territórios existenciais. No entanto, antes de acompanharmos mais uma mudança de endereço do louco, faremos uma discussão a cerca da relação entre espaço e construções subjetivas. Tentaremos fomentar um diálogo, um plano de consistência e de experimentação entre essas noções e as novas práticas propostas pela RP⁶.

2.1 Produção da subjetividade: a perspectiva de Félix Guattari

⁶ Cabe ressaltar que os conceitos apresentados aqui foram forjados no espaço-tempo dos movimentos da Reforma Psiquiátrica (RP). No capítulo seguinte voltaremos a este tema de forma mais aprofundada. Guattari protagonizou uma das experiências da RP, a Psicoterapia Institucional e da rede de alternativas ao atendimento da psicose forjadas no momento de crítica à segregação e a formalização de outros modos de gestão do espaço destinado à loucura.

Ao nos aproximarmos dos conceitos que versam sobre a subjetividade, processos subjetivos, entramos em um terreno espinhoso e polêmico. Não há uma única forma de se conceitualizar a experiência subjetiva. São muitos os pensamentos, diversas áreas de atuação e um grande contingente de trabalhadores, militantes com diferentes formações, convivendo com uma heterogeneidade de entendimentos.

Guattari forneceu um interessante modo de considerar a experiência subjetiva produzindo possíveis composições com as novas práticas balizadas pela lógica territorial. As elaborações do autor auxiliam no exercício dos novos serviços que buscam dispor práticas menos homogeneizantes e totalitárias. A perspectiva de Guattari nos acompanhará na discussão desses dois elementos chave da lógica territorial: espaço e subjetividade. Com o autor definiremos de forma específica o espaço e contaremos com a dupla que ele formou com Deleuze para adensarmos o plano do território existencial.

Iniciamos com um rompimento. Guattari propôs que a experiência subjetiva poderia ser tomada pelo viés de sua *produção*. “[...] prefiro falar em *subjetivação*, em *produção de subjetividade*”. (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 34).

Guattari (1992) ao pensar a subjetividade como produzida, posicionou-a em um patamar diferenciado das elaborações que entendem as experiências subjetivas por uma via substancial e individualizante e, indicou, assim, uma mudança frente às pretensões habitualmente universalistas das modelizações psicológicas.

Na concepção do autor ganha destaque a pluralidade de elementos heterogêneos e as multiplicidades engendrando-se mutuamente em uma produção. A subjetividade é uma produção heterogenética, plural e polifônica, é um processo. Essa produção se efetua através da interferência de múltiplos e heterogêneos fatores como o meio social, os desejos, o meio ambiente, a estética, as máquinas, o sistema político, a etologia, a arquitetura etc.

Talvez o deslocamento progressivo da ideia de subjetividade da consagrada noção de sujeito, na qual tem origem e da qual ela

deriva, seja uma maneira de incluir certa dimensão de exterioridade, de pluralidade e de diferenciação que a ideia de sujeito, na sua simplicidade tautológica, interiorizada e autocentrada, sobretudo a partir de Descartes, mas talvez já muito antes dele, dificilmente comportava. (PELBART, 2000, p. 14).

Cena - Luz apagada, tela escura, a ficha técnica começa clarear o ambiente com a cor branca das letras. Algumas pessoas levantam e novos sons são ouvidos, não mais vindos da caixa de alto falante, mas dos espectadores. A música de encerramento toca e algumas luzes se acendem. É bom, mais um filme baseado né? Ah é, baseado em que? Na minha vida, no esquema claro, os personagens principais têm a ver comigo e com a Luciana com certeza, ela pela exaltação me lembra como a Luciana se porta, exagerada, sempre querendo chamar minha atenção, já o cara é com certeza uma mensagem pra mim, é mais discreto, contido, racional, até o jazzista que ele escuta, é uma mensagem pra mim, como chama, Chet o que? Baker é o Chet Baker. Luz acesa, barulho constante de vozes, cheiro de café, xícaras batendo, a música ambiente é um jazz solado pelo trompete, mesmo instrumento de Chet. Acabei decidindo que vou gostar do Chet Baker, acho que ele tem a ver comigo e será um dos personagens que irei usar durante o dia, uso o Lawrence da Arábia, e outros, agora terei esse do Chet, dei o nome de lírico discreto. Pluralidades, filme, personagens, trilha sonora e roteiro entrecruzados com uma experiência. Aspectos da história de vida são conectados com elementos do filme. Ele conta sua história e cria também outra possibilidade de estar nas situações: o discreto lírico.

A ideia de uma subjetividade produzida por elementos plurais contempla possibilidades de interligações e entrecruzamentos em um constante processo e nos fornece caminhos para reflexão da relação entre espaço e subjetividade. “Podemos arriscar dizer, então, que a teoria guattariana promove uma luta de resistência à homogeneização ou redução da subjetividade à modelizações embrutecedoras e busca a promoção de uma subjetividade mais autônoma e singular” (SOUZA, 2008, p. 19).

Se acompanharmos o autor nessa conceituação entramos em um campo de múltiplas possibilidades de construções subjetivas, em constante mutação. Nesse processo estão envolvidos componentes de mutabilidade, movimentação; é então *um processo* que ocorre a todo o momento, não cessa. São vários os vetores operando nessa produção.

Multiplicidades de vetores com os quais a subjetividade pode ser produzida. São dimensões coletivas, sociais, midiáticas, culturais, artísticas entre outras.

[...] heterogeneidade dos componentes que concorrem para a produção de subjetividade, já que encontramos aí: 1. componentes semiológicos significantes que se manifestam através da família, da educação, do meio ambiente, da religião, da arte, do esporte; 2. elementos fabricados pela indústria do *mass mídia*, do cinema, etc. 3. dimensões semiológicas a-significantes colocando em jogo máquinas informacionais de signos, funcionando paralelamente ou independentemente, pelo fato de produzirem e veicularem significações e denotações que escapam então às axiomáticas propriamente linguísticas. (GUATTARI, 1992, p.14).

Ou seja, multiplicidades convivendo em um plano que desconhece atribuição de valores, hierarquias, divisões, categorias. Superação de dicotomias, louco/normal, doente/sadio, consciente/inconsciente. “As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (DELEUZE e GUATTARI, 2004, p.8).

Cena - Luzes brilhantes, lojas e mais lojas, roupas, sapatos, relógios, pet shop, escadas rolantes, pessoas por todos os lados, cheiros, comidas, músicas, trombadas, desvios, nada parece fazer ligação. Quinze anos e duas tentativas de desistir da vida. Após ler a biografia de Kurt Cobain usou uma alta dose de cocaína, depois de assistir a um filme, atuou como um dos personagens engolindo conhaque e remédios

da mãe. Anda-se sem paradas, sem destino, como se fosse por costume apenas. Algo interrompe o passo. Vamo no cinema ver o BOPE 2? Filme repleto de cenas violentas e uso de drogas. Ao final do filme, acostumando-se com a luz externa. Muito bom. É mesmo, o que é bom? Olha só, primeiro pode ficar tranquilo, todo mundo acha que sempre vou repetir as coisas que vejo e leio, mas agora não, fico sempre lembrando a promessa que fiz pra Luiza, disse pra ele que ia melhorar, que ia tentar não fazer nada, lembro da voz dela sempre, Quando não tô bem ligo e a voz, o tom dela me faz ficar melhor. O som. Voz, tom, elementos pouco previstos, não é a figura da pessoa, da namorada que estava operando naquela situação. O som, que se repete desde Kurt Cobain, produzia algo. Além dos elementos do espaço, dos filmes, literatura, drogas, há a voz, o som. A voz produziu uma diferença, impediu uma repetição mais destrutiva. Foi criado outro modo de reagir. A voz, o tom talvez, a musicalidade, enfim, algo inapreensível para ele funcionou como um vetor importante de subjetivação.

Nessa perspectiva, a subjetividade passa a ser compreendida a partir da ideia de uma constante produção coletiva e plural. São modos de viver, de sentir. Modos de se apaixonar, de construir amizades e relações, de assistir a um filme de admirar ou repudiar uma obra de arte. Jeitos de se vestir, de se alimentar, são muitas vozes que falam, agem, montam as experiências subjetivas, são cores, texturas, sons, temperaturas. Fabricações em multiplicidades. Situações vividas que não podem ser contornadas por teorizações, fogem a qualquer tipo de esclarecimento, denotação e construção explicativa universal, totalizante.

A cada vez que um novo diagrama se compõe na pele, a figura que até então ela circunscrevia é como que puxada para fora de si mesma, a ponto de acabar se formando uma outra figura. É só neste sentido que podemos falar de um dentro e um fora na subjetividade: o movimento de forças é o fora de todo e qualquer dentro, pois ele faz com que toda e qualquer figura saia de si mesma e se torne outra. O fora é um sempre outro do dentro, seu devir. (ROLNIK, 1997, p. 15).

Vetores construindo ligações que produzem subjetividades que passam a ser vistas não somente por olhos que enxergam apenas o discurso da loucura como uma doença. Podemos pensar assim, que não se convive com esquizofrênicos delirantes em crise que necessitam ser medicados, internados ou encaminhados a um CAPS. Agenciam-se histórias pessoais, familiares, relações institucionais, produção cultural, componentes do espaço, geografia, afetos, percepções, construções coletivas que produziram algo singular.

Guattari (1992) propõe uma definição de produção subjetividade

conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva. Assim em certos contextos sociais e semiológicos, a subjetividade se individua: uma pessoa, tida como responsável por si mesma, se posiciona em meio a relações de alteridade regidas por usos familiares, costumes locais, leis jurídicas... Em outras condições, a subjetividade se faz coletiva, o que não significa que ela se torne por isso exclusivamente social. Com efeito, o termo “coletivo” deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto com o socius, assim como aquém da pessoa, junto com intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos. (GUATTARI, 1992, p.20).

Cena - Brasileiro nascido e criado em São Paulo, mas seu sotaque não é de paulistano. Sua fala tem um som de mistura: português, espanhol e gírias típicas da argentina. Seu apartamento, principalmente o quarto, foi o único local que habitou por um ano. Com muito medo de sair e ser morto pelo FBI fechou-se. Parou de

frequentar a escola, campo de futebol, casa de familiares. Aventurava-se pelas ruas somente acompanhado pela mãe. Em raras ocasiões ia à quadra de seu prédio jogar seu futebol solitário. Desistiu de seguir com seu sonho de ser jogador profissional. Chegou a ser selecionado para jogar em um time juvenil como lateral esquerdo, mas o FBI o impediu de continuar. No último ano, o futebol somente se presentificou na pequena TV de seu quarto: jogos televisionados ou videogame. Nos primeiros encontros convidava para jogarmos “gol a gol” na quadra. Jogo de poucas palavras, habitado pelo som dos chutes, da bola batendo na parede, na trave ou deslizando pela rede do gol. Os parcos diálogos, acompanhados pelo sotaque, são sobre futebol. As semanas passam nesse tom, chutes, chutes e mais chutes. Certo dia um novo convite. Hoje vamos jogar FIFA no Playstation? Claro, que time você vai escolher? O Boca Juniors, e você? Pode ser o Barcelona.(Havia em seu quarto um pôster de um jogador argentino que joga no Barcelona). Dale. Continuamos jogando futebol, agora em seu quarto. Mesmos sons, agora eletrônicos, pouca conversa. Com esse convite ele abriu as portas do refúgio que habitou durante tanto tempo. Agora são dois refugiados, durante semanas. Putz, que golaço hein, mas olha que feio que é o desenho do Palermo, afe até eu faço melhor. Você sabe desenhar? Um pouco, faço umas caricaturas, tive um professor na escola que até me disse pra fazer um curso e aprimorar, quer ver? Da lateral esquerda de sua cama puxa uma pasta com desenhos: caricaturas, escudos de times de futebol, retratos e etc. As partidas de futebol seguiram por algumas semanas, o campeonato aparentemente interminável teve fim. Mais um convite: sugeriu uma visita à uma escola de desenho. Futebol, idioma estrangeiro, a lateral esquerda, ligação com outro país, desenhos na lateral da cama, elementos entremeados produzindo uma experiência subjetiva singular.

Ligação entre esses elementos heterogêneos. A produção de subjetividade é forjada em encontros, afetações e arrastamentos entre múltiplos elementos. Não se trata de uma imitação ou de mimetismo, as pessoas se tornam sempre outras a partir do encontro, o que é produzido não é uma cópia do encontro com os elementos externos. Mas sim um outro arranjo. Movimento de relações múltiplas e coexistentes.

Deleuze e Guattari propõem que essa ligação se dá pelo agenciamento de relações materiais e imateriais que convivem e produzem subjetividades.

Dir-se-á, portanto, numa primeira aproximação, que se está em presença de um agenciamento todas as vezes que pudermos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondente. (ZOURABICHVILI, 2004, p.6).

São conexões de partes que criam certa consistência. A subjetividade se produz por ligações de forças e fluxos heterogêneos, múltiplos, portanto, polifônicos. O espaço então, com seus componentes materiais e imateriais, fornecem elementos de agenciamento subjetivo. Os componentes arquitetônicos e espaciais, sejam eles materiais ou imateriais estão sempre produzindo subjetividades. Guattari fala de uma “experiência de subjetivação do espaço” (GUATTARI, 1992, p. 457). Nesse ponto, a questão inicial, suscitada pelos encontros proporcionados pela prática com a loucura se atualiza. O espaço e a produção de subjetividade estão intimamente ligados.

A psique, em essência, é a resultante de componentes múltiplos e heterogêneos. Ela envolve, sem dúvida, o registro da fala, mas também meios de comunicação não-verbais, relações com o espaço arquitetônico, comportamentos etológicos, estatutos econômicos, relações sociais de todos os níveis e, ainda mais fundamentalmente, aspirações éticas e estéticas (GUATTARI, 1992, p. 20).

Vimos, na experiência da loucura a passagem, da imensidão marítima sem pontos fixos, espaço de exílio, passou para um espaço situado geograficamente. Um local disposto pela sociedade disciplinar para modificar condutas e normalizá-las. Isolamento terapêutico por excelência, esse era o mote Tratamento Moral. Espaço fechado. Com os movimentos da RP, houve um novo deslocamento, uma passagem

para a abertura de novos espaços. O local privilegiado agora é o território como produtor de subjetividade. Sua localização, sua materialidade são importantes, mas não apenas, importam seus agenciamentos, sua virtualização; o território excede o meio.

Todo agenciamento é, em primeiro lugar, territorial. A primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade que envolvem, pois sempre há alguma: dentro da sua lata de lixo ou sobre o banco, os personagens de Beckett criam para si um território. Descobrir os agenciamentos territoriais de alguém, homem ou animal: "minha casa". O território é feito de fragmentos descodificados de todo tipo, extraídos dos meios, mas que adquirem a partir desse momento um valor de "propriedade": mesmo os ritmos ganham aqui um novo sentido (ritornelos). O território cria o agenciamento. O território excede ao mesmo tempo o organismo e o meio, e a relação entre ambos [...] (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p.193).

Cena - Na estrada as cabeças inclinam pra trás e os ouvidos abafam o som do rádio. A viagem, tantas vezes desejada, não ocorria, não era possível ser percorrida. Foram tantas as vezes que ela foi planejada, somente para não acontecer. Após meses de negociações uma possibilidade: a jornada é possível se houver um ponto de chegada, um ponto conhecido, familiar que abrigue o banho, a troca de roupa, a guarda das malas. O apartamento, antiga moradia dos avós, repleto de vazio. Sem moradores, sem visitas, sem móveis, sem água, sem luz. Aquele era o ponto de chegada da família, local das férias, das noites de natal, do turismo, das visitas e encontros com primos, tios, irmãos, pais, avós. As orientações escritas pela mãe ficaram no bolso. Orientações sobre o percurso, sobre o que deveria fazer para ligar a água e eletricidade do apartamento. O comum é ele se orientar segundo instruções o tempo todo, sempre há um script, uma direção a seguir. Desta vez não, o guia de viagem o acompanhou, mas resolveu não usá-lo. Que bom ver esses túneis de novo,

quando eu era criança adorava andar neles. É, andava aqui? Claro, quando a gente era pequeno e descia pra cá eu adorava passar aqui, mas faz tempo pra caramba, é diferente agora. Como é agora? Eu gosto, é legal, mas não é mais mágico, era mágico naquela época, as luzes todas acesas dentro, era ótimo, mágico mesmo. A inclinação é outra, planificada. O calor aquece sem pregar a camiseta ao corpo. Pelo contrário, entre os dois entra o vento do atlântico e cria um espaço de conforto. É muito louco isso né, olha lá, 34 graus e tá agradável, se a gente estivesse em São Paulo na mesma temperatura seria bem pior, tem outra sensação ,lá parece mais quente, 34 graus aqui não é 34 graus lá, além disso, você já percebeu o cheiro daqui? Cheiro, que cheiro? Esse cheiro, você nunca percebeu que cada cidade tem um cheiro específico, aqui tem muito cheiro de ervilha, sempre achei isso, inclusive pensava que na praia cozinhavam muita ervilha, é um cheiro muito diferente do de São Paulo, me sinto bem melhor aqui, fico bem mais relaxado, é mais fácil andar nessa cidade, falar com as pessoas, circular é melhor.

2.2 Heterogênesse - o vetor espaço

Ele sorri. E toda a pele enrugada de seu rosto se põe a rir. De um modo engraçado. Os olhos riem, é óbvio, mas a testa também (ele inteiro tem a cor cinzenta do ateliê). Por simpatia talvez ele tenha adotado a cor da poeira. Seus dentes riem - afastados e igualmente cinzentos -, o ar passa através deles.

Ele olha para uma das estátuas:

ELE: É um tanto destrambelhada, não?

Emprega com frequência essa palavra. Ele também é bastante destrambelhado. Coça a cabeça cinzenta, desgrenhada. [...] Suspende as calças cinzentas que caíam sobre os sapatos. “Ria seis segundos antes, mas acaba de tocar uma estátua começada: durante meio minuto, ele estará inteiro na passagem dos dedos pela massa de argila. (GENET, 2000, p.25).

A cor cinza de poeira compõe quem ou o que? A estátua? O ateliê? O homem que a adotou por simpatia? Ele e ela são destrambelhados?

O trecho do texto de Jean Genet pode nos ajudar principalmente porque o autor foi sensível à potência que havia entre o artista e seu espaço de criação. Após anos de convivência com o artista plástico Alberto Giacometti, Genet escreveu sobre essa experiência no livro "O ateliê de Giacometti". Ao ler as linhas acima podemos perceber que a convivência e o contato entre os dois despertou em Genet uma percepção. Ao falar, observar, conhecer, conviver e estabelecer contato com Giacometti, Genet testemunhou a aproximação entre o espaço de produção e o artista. O ateliê, os materiais, as cores, o pó, as palavras, o ar, o corpo, os dentes, as estátuas, todo o espaço, com seus componentes materiais e imateriais compunham

algo com Giacometti, havia ali um encontro, um agenciamento. Produziam afetações mútuas; a estátua de gesso sem Giacometti não é aquela estátua, e Giacometti sem o gesso, sem a cor cinza, destrambelhado, não é aquele Giacometti.

No contato entre essas duas dimensões, espaço e produção de subjetividade, não há oposição, complementação, junção ou separação. Elas se engendram e se produzem mutuamente em um agenciamento contínuo. O espaço em que se está, em que se circula e se vive, na maneira de experimentar a cidade, a casa, a praia, o bairro, o metrô, o shopping, a área de lazer, o cinema, a faculdade, a prisão, o CAPS, o hospital e etc, com sua pluralidade de elementos produz subjetividade.

Cena – Do outro lado do portão fechado, a cidade se torna acessível. A escalada é fácil e a aterrissagem do outro lado desbloqueada. Saía da casa sempre que se envolvia em conflitos. Não aceitava ser contrariado, perdia objetos e irritava-se, acusava todos de roubo. Diz que não gosta de lá e quer ir embora. O bairro é ainda pouco explorado, não anda sozinho. A gente tem medo de que ele fuja, né? Mas foge mesmo assim, normalmente é encontrado na Praça da Sé, local de sua primeira moradia. Em outras fugas foi encontrado no hospital, outro local de moradia anterior. Por que você não pede pra sair? Pode pedir sabia? Saiu algumas vezes para comprar objetos pessoais, sacar dinheiro, comprar pão. Costumava voltar, mas por vezes ainda era encontrado na Praça da Sé. É tio, venho pra cá um pouco pra relaxar e beijar na boca.

Em “Restauração da Cidade Subjetiva”, Guattari (1992) escreveu sobre a relação existente entre e as cidades e a produção de subjetividade. Para ele os espaços construídos, a arquitetura, articulam-se com processos subjetivos de forma indissociável. “O porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano” (GUATTARI, 1992, p. 170).

Nesse texto, a preocupação de Guattari é pensar a cidade não somente em sua funcionalidade espacial, mas em seu aspecto mais global. Há um engendramento de afetos e perceptos, são conexões que compõem as cidades. Um entrecruzamento de pessoas, questões econômicas, sociais e culturais que produzem uma urbanidade, que por sua vez, produzem subjetividade.

A cidade produz o destino da humanidade: suas promoções, assim como suas segregações, a formação de suas elites, o futuro da inovação social, da criação em todos os domínios. Constatase muito frequentemente um desconhecimento desse aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção de subjetividade. (GUATTARI, 1992, p. 173).

Não é somente o tamanho das cidades, sua infraestrutura, o estilo dos prédios, se ela foi planejada ou não, não se trata *apenas* da materialidade do espaço, não é só isso que interessa aqui. A preocupação também é entender os espaços em suas dimensões afetivas, sensitivas e abstratas. Além do tamanho do prédio, por exemplo, pode-se pensar em sua cor, seu cheiro, a temperatura dos andares, as sensações e recordações que ele produz, de que modo ele *afeta* as pessoas, em sua pluralidade de elementos.

O alcance dos espaços construídos vai muito além de suas estruturas visíveis e funcionais, eles são essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas. (GUATTARI, 1992, p. 158)

As cidades são imensas máquinas – *megamáquinas*, para retomar uma expressão de Lewis Mumford – produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que de fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las (GUATTARI, 1992, p. 172).

Os espaços afetam e agenciam elementos por vezes completamente inapreensíveis. Cheiros, gostos, sensações físicas, memórias, representações e abstrações. É o que Deleuze (1997, p. 73) chama de “meio virtual”. Um espaço virtual, um meio feito de invenções, afetações, acontecimentos, vetores de produção de subjetividade.

[...] um meio é feito de qualidades, substâncias, potências e acontecimentos: por exemplo a rua e suas matérias, como os paralelepípedos, seus barulhos, como o grito dos mercadores, seus animais, como os cavalos atrelados, seus dramas (um cavalo escorrega, um cavalo cai, um cavalo apanha...). O trajeto se confunde não só com a subjetividade do próprio meio, uma vez que este se reflete naqueles que o percorrem. (DELEUZE, 1997, p. 73).

Cena – Na casa nova o olhar circula. No quintal fumaça e cinza. Não lembro aonde nasci, se foi em São Paulo, em Itaquera, ou na Penha, acho que foi no interior, não me lembro mais, faz tempo que saí de lá, tinha uma farmácia, uma padaria, que bairro é esse, não conheço não. Em outras conversas deu algumas coordenadas conhecidas, eu acho que é ali perto da igreja do Madalena, mas será? Ele é um pouco confuso, vamos ou não? Pela janela do carro nada lhe parece familiar. Não é aqui não, tinha uma igreja também, mas mudou muita coisa, tá tudo diferente. Ué, é ou não é? Mudou muito, não tinha esse supermercado, nem essa praça, o bairro mudou, não é aqui. Mudou ou não é? É essa casa verde, é ela. Nesse bar? Nessa casa verde, se não é fica sendo, tira uma foto.

Trata-se de pensar os espaços não somente em sua concreta existência, mas também por seu potencial de abstração e de virtualidade. O espaço é muito mais do que aquilo que se vê, que se descreve, é um conjunto de agenciamentos virtuais em constante movimento. Pelbart (2000) comentou o texto de Deleuze, citado acima, salientando que não cabe perguntar se os trajetos percorridos pelas pessoas são reais ou imaginários, concretos ou oníricos, objetivos ou subjetivos. Essas seriam

perguntas inúteis, falsos problemas. Pois todo objeto, pessoa, grupo, singularidade com a qual ela cruza já carrega consigo um meio em constante germinação, já está rodeado de uma árvore de virtualidade que o acompanha. (PELBART, 2000, p.44).

Não importa se é real ou não, material ou imaterial. Os espaços são, para Guattari (1992) máquinas portadoras de universos incorporais que não são, todavia, Universais, mas que podem trabalhar tanto em um sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização libertadora da subjetividade individual e coletiva (GUATTARI, 1992, p.158).

O espaço passa a ser compreendido por sua dimensão virtual e como uma construção que ultrapassa a dicotomia material e imaterial. As duas faces estão operando e criando espaços. O que afirmamos é que o espaço está o tempo todo operando como produtor de subjetividades, de sensações de sentido. É uma máquina de criar subjetividades.

O espaço, mesmo concretamente erguido com definições e funções específicas, impulsiona agenciamentos dos mais diversos. Ele só é fixo em seu endereço, no mais é está sempre em processo, em um permanente tornar-se espaço, um permanente devir.

Quer tenhamos consciência ou não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo... Os edifícios e construções de todo os tipos são máquinas enuncadoras. Elas produzem uma subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação.” (GUATTARI, 1992, p. 158).

Espaço virtual que produz subjetividades e agencia territórios. O território não prescinde do humano, não é um ponto de chegada. Algo que está pronto para ser descoberto, ele é criado, é movimento. O espaço em seus aspectos materiais,

imateriais, agenciam elementos de virtualização que produzem subjetividade, que produzem territórios existenciais.

Um território pode ser criado a partir de conteúdos e expressividades agenciados entre si sem dicotomias, ou hierarquias. O território é um produto de agenciamentos. Apropriação de elementos e criação de um plano de consistência. Uma invenção e criação a partir de um espaço de pedaços de meios “materiais, produtos orgânicos, estados de membrana ou de pele, fontes de energia, condensados percepção-ação” (DELEUZE e GUATTARI, 2003, p.116).

Cena - A voz pelo telefone atropela a sintaxe, acelera. Vocês têm que ir até lá, não dá daquele jeito, mais rápido possível, a comunidade toda tá reclamando, chamando a polícia e tudo, ele vai acabar sendo preso, internado, sei lá, ninguém consegue tirá-lo de lá. A praça cheira à distância. O muro é construído pelo cheiro da sujeira, podridão, comida velha. Ali vive há semanas. Espaço vazio da cidade, agora habitado por alguém. Nota-se certa delimitação a céu aberto. Quarto, com cama e criado mudo. Cozinha com fogo. Sala de visita onde tomamos café coado na meia. O lixo apodrece no canto. Cabeças de peixe, carcaças de animais, sacos e mais sacos plásticos são destinados ao limite do terreno. Eu tô morando aqui agora, e tá bom viu, tenho tudo que preciso, vocês querem alguma coisa, Tô fazendo um almocinho ali, queria um pouco de comida e umas roupas, aqui é bom, olha todo esse espaço que tenho, bem de frente pra avenida, arejado, o povo não gosta muito não, vem gente, fica olhando, buzina e grita.

Esse território não preexiste, não está pronto aguardando habitantes. São necessárias combinações, sucessões, agenciamentos, não hierárquicos para “traçar um círculo em torno do centro frágil e incerto, organizar um espaço limitado” (DELEUZE e GUATTARI, 2003, p.116). Marcas, limites, pontos que traçam o perímetro do território. Os territórios são inventados em um movimento perpétuo, no entanto há consistências que localizam e colocam limites.

O valor do território é existencial: ele circunscreve, para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias em relação a outrem e protege do caos. O investimento íntimo do espaço e do tempo implica essa delimitação, inseparavelmente material (consistência de um "agenciamento") e afetiva (fronteiras problemáticas de minha "potência"). O traçado territorial distribui um fora e um dentro, ora passivamente percebido como o contorno intocável da experiência (pontos de angústia, de vergonha, de inibição), ora perseguido ativamente como sua linha de fuga, portanto como zona de experiência (ZOURABICHVILI, 2004, p.23).

Diariamente passa-se de um território para outro. As pessoas vivem, circulam inventam territórios agenciados por elementos peculiares dos espaços. Do território-domicílio com o som do despertador, o andar assonado antes da xícara de café, o pijama, o banho, o endereço, a cidade para o território-ônibus. Com o som do motor, o cobrador, o bom dia para o passageiro que é companhia diária, a temperatura, a posição de pé ou sentada, o ponto final, para o território-trabalho. Com água fresca ao chegar, com a hora do almoço, com a atividade laboral...

Cena - Tarde de sol, caminhando tranquilamente pelo bairro em direção ao banco como faz todo início do mês, dia de receber o benefício. Percorre as ruas cumprimentando lojistas, seguranças, pessoas em bares. Cidade é boa essa né? Você acha, que cidade é esta? É Jaçanã, não, não, não, é Tatuapé na verdade, eu tava lembrando da época que morava com meu pai no Jaçanã, agora tô morando aqui na cidade do Tatuapé, conheço todo mundo, tem as moças das lojas de lingerie, o banco Itaú e a lotérica aonde faço meus joguinhos. Gosta dessa cidade então? Ah sim, com certeza, tem mulher, dinheiro e loteria. Chegando ao banco dificuldade na porta giratória, entra e sai em um mesmo movimento. Consegue entrar, acena para o segurança e diz que tem R\$ 2.000,00 para sacar. Isso parecia impossível, pois geralmente gasta todo seu dinheiro, não costuma guarda-lo. Ele decidido, tentou sacar o valor, mas o terminal eletrônico recusou a operação. Ué, o que aconteceu, cadê meu dinheiro? Acho que não tem, você não costuma poupar, não dá pra ter

esse valor aí. Tenho sim, e agora? Não sei, o que quer fazer? Falar com alguém, me roubaram! Bom, quer falar com um funcionário do banco? Moça sumiu todo meu dinheiro! Olha você já sacou tudo que tinha, acabou seu dinheiro mesmo, é só ver aqui no extrato. Não pode ser eu não saquei não. Sacou sim, olha aqui dia 06 você tirou tudo o que tinha e não tem mais o que sacar. Já sei então o que aconteceu, foi o homem invisível que tirou meu dinheiro. Será, o homem invisível, se foi ele que sacou seu dinheiro, o melhor é você não dar sua senha pra ninguém, nem pra esse tal homem invisível, o pessoal rouba mesmo. É verdade, obrigado mocinha viu? De volta ao sol. Lembrei, é que eu vim aqui, bom, não era bem eu, era eu invisível de outra época, aí já sei aonde tá o dinheiro. O invisível morava na cidade do Jaçanã? Ele mesmo. Ainda visíveis pela cidade do Tatuapé. Vou passar na farmácia da esquina, minha asma atacou de novo e preciso de remédio, sempre compro remédio lá. No balcão é cumprimentado pelo funcionário, um velho conhecido acostumado com seus pedidos. Quer comprar “Asmasil”, não acha em nenhuma outra farmácia. Apesar do farmacêutico nunca ter ouvido falar nessa medicação, procurou no sistema e não encontrou nenhum registro. Deve estar em falta. Acho que sim, se eu achar esse remédio aviso ao senhor. Na porta da casa pegou seu chaveiro, além da chave do portão havia outras. Quantas chaves. Essa é daqui da casa. Essas outras eu achei na rua. São as chaves dos túmulos das pessoas que eu ressuscito quando estou invisível. Criação de uma cidade

Uma corriqueira ida ao banco promoveu agenciamentos. Os funcionários do banco, da farmácia, forneceram elementos que se conectam com uma produção subjetiva (o homem invisível o com o remédio). Situações do cotidiano com um sentido fundamental, não são meras repetições, são práticas importantes para a construção de territórios existenciais.

Não há sequências imóveis, ou sucessões, mas sim combinações heterogêneas de consistência expressiva. Operação repetida um sem número de vezes. Função temporal do território: o ritornelo. Até aqui focamos o espaço com um vetor de produção territorial, uma escolha realizada com intuito de realizar um recorte de estudo. Mas isso não significa uma falta de atenção ao vetor de temporalidade contido na criação do território, mas sim um adensamento em uma dimensão

específica. Deleuze e Guattari (2002) atentam para o ritmo na construção dos territórios. “A territorialização é o ato do ritmo tornado expressivo, [...]. A marcação de um território é dimensional, mas não é uma medida, é um ritmo” (DELEUZE e GUATTARI, 2002, p.122). Temporalidade, repetição, espacialidade. O território é uma combinação entre uma constância criada pelo tempo e porções de alcance espacial.

Precisamente, há território a partir do momento em que componentes de meios param de ser direcionais para se tornarem dimensionais, quando eles param de ser funcionais para se tornarem expressivos. Há território a partir do momento em que há expressividade do ritmo. É a emergência de matérias de expressão (qualidades) que vai definir o território. Tomemos um exemplo como o da cor, dos pássaros ou dos peixes: a cor é um estado de membrana, que remete ele próprio a estados interiores hormonais; mas a cor permanece funcional e transitória, enquanto está ligada a um tipo de ação (sexualidade, agressividade, fuga). Ela se torna expressiva, ao contrário, quando adquire uma consistência temporal e um alcance espacial que fazem dela uma marca territorial, melhor dizendo, territorializante: uma assinatura (DELEUZE e GUATTARI, 2002, p.121).

O território não prescinde da expressividade, ele não preexiste nas funções espaciais apenas, elas adquirem expressividade quando mudam de função. O tempo, a repetição, a interrupção, a continuidade, o estancamento, a constância da temporalidade combina-se com o alcance espacial do território e criam expressividade. Território como um ato, um produto de “uma territorialização dos meios e dos ritmos, construídos a partir de pedaços de meios e marcado por seus componentes mais diversos [...].” (BRANDÃO, 2008, p.64).

Uma casa com suas funções de habitação, proteção de intempéries climáticas ou de local fixo na cidade por si só não é um território. Ela terá que assumir outras

funções que não somente pragmáticas para ser um território. Uma arquibancada de estádio de futebol lotada também não é um território. A torcida ao cantar, gritar, vibrar, xingar o juiz, ser uniformizada, e /ou ter um nome pode se tornar um território. Ela o será quando assumir expressividade. Dessa forma o território não é algo que prescinde da atividade e da apropriação.

Cena - Um corpo em movimento constante. Pernas incansáveis sobem e descem as escadas, andam pela casa, saem até a calçada, voltam pra dentro da casa... movimentação incessante durante horas. Você sabe se cachorros podem ler nossa mente? Hein, quer parar um pouco e explicar isso? É isso mesmo, acho que os cachorros estão lendo meus pensamentos tá muito ruim, como posso descobrir isso, será que um veterinário sabe? Bom, veterinários entendem de cachorros. Então eles devem saber me explicar se isso acontece ou não, podia falar com um. Tem um aqui perto nas duas pistas que ir até lá? Não, tem um perto de casa com uma placa vermelha que deve saber. Tem que ser o da placa vermelha perto de sua casa? Tem, a gente pode ligar pra ele, aí falo, pergunto. Beleza então, vamos ligar. Tem que ir lá porque não lembro o numero. Em direção ao tal “veterinário da placa vermelha perto da casa”. Um trajeto difícil de ser percorrido, repleto de cachorros que liam seus pensamentos. Na segurança interna do ônibus se tornou o guia do bairro. Contava histórias, passamos pela casa do amigo Jonas, a escola em que estudava mudou a cor do muro, a padaria em que sua mãe trabalha não paga bem, na farmácia compra band aid para os curativos pós jogo de futebol, na praça vai fumar as vezes, na esquina seguinte o pai bateu o carro....o veterinário da placa vermelha é próximo não só de sua casa mas da casa de sua avó, pessoa que cuidou dele enquanto os pais trabalhavam. E aí, Vamos ligar? Lá do CAPS, aqui não. Toda esta trajetória evidencia a relevância do espaço na situação. Não quis ligar para um veterinário perto do CAPS, ele não fazia parte de seu meio, seu território. O único veterinário que fazia sentido era o que tinha uma cor específica, que ficava perto de sua casa, ou nem mesmo pela tal cor, talvez o importante fosse passar pelos locais que me apontou, ou sentir o cheiro do pão da padaria que sua mãe trabalha, ou mesmo por motivos que fogem à compreensão, mas que sustentam uma construção singular de engendrada naquele percurso, naqueles espaços. Inclusive a ligação telefônica não pôde ser feita de um local qualquer. Foi feita no CAPS, outro espaço

em que foi criada uma relação específica. Trajetos, lugares e elementos de agenciamento territorial, espaços produzindo subjetividade.

Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma *rel-ação*, um movimento [...] um ritmo, um movimento que se repete [...] (HAESBAERT, 2011, p.127).

Cena - Antes do almoço, ia à cozinha e preparava a salada para todos os outros moradores após uma colheita feita nas imediações da casa. Trazia suas próprias folhas. Gostava de pequenas ervas que brotam no asfalto ou nas emendas da calçada. Cozinha e memória. Hum que cheiro bom de feijão novinho, sabia que foi minha mãe e eu que inventamos a receita de misturar o arroz com o feijão, minha mãe cozinhava muito bem, acho que ela tá viva ainda, não sei, eu tô conversando com ela agora, a vitamina de mamão com abacate também foi minha família que fez a minha irmã, a que vocês conhecem, quando a gente morava no interior. Temperar a comida sua especialidade, repetia uma receita para o arroz ficar mais gostoso e soltinho. Cortava tomate, cebola e os colocava em cima do arroz pronto na panela, depois era a vez de espremer a laranja por cima de tudo. Eu gosto assim a comida, bem temperada, era ótimo o tempero da minha mãe, sempre lembro dela quando como arroz e feijão, aqui gosto de fazer igual a ela. A salada, a calçada, o cheiro do feijão agenciando territórios. A história de sua mãe, de sua família pôde se ligar às ervas colhidas nas calçadas do bairro, à preparação do alimento na casa, e a pessoas que moram com ele, pois prepara a salada para todos. Conexão entre meio e território Os meios e suas multiplicidades de conteúdos geridas em um espaço agenciam-se, produzem subjetividades, criam fronteiras territoriais.

O território é algo transitório, não é estabelecido. Sua provisoriedade está marcada pelos movimentos de territorialização e desterritorialização.

Em primeiro lugar, o próprio território é inseparável de vetores de desterritorialização que o agitam por dentro: seja porque a territorialidade é flexível e "marginal", isto é, itinerante, seja

porque o próprio agenciamento territorial se abre para outros tipos de agenciamentos que o arrastam. Em segundo lugar, a D, por sua vez, é inseparável de reterritorializações correlativas. É que a D nunca é simples, mas sempre múltipla e composta: não apenas porque participa a um só tempo de formas diversas, mas porque faz convergirem velocidades e movimentos distintos, segundo os quais se assinala a tal ou qual momento um "desterritorializado" e um "desterritorializante". Ora, a reterritorialização como operação original não exprime um retorno ao território (DELEUZE e GUATTARI, 2002 p. 198).

Cena - Um choro monocórdio, apenas uma nota tocada incansavelmente. Meses percorridos acompanhados pela trilha sonora do luto irrealizado. Ela havia voltado para São Paulo após dois anos vivendo na Espanha, viagem planejada e sustentada com o namorado. Um retorno não planejado, consequência do fim do relacionamento. Não dá, não sei mais o que fazer, a sensação de vazio está comigo o tempo todo, tudo que eu aprendi a gostar, a ler, escutar, meditar foi com ele eu nunca teria conhecido jazz por exemplo, mas era tudo falso, ele era falso, agora não tenho mais, é muito vazio, joguei fora todas as camisetas de banda que ele me deu, joguei fora tudo que ele me deu. Mas você está escrevendo ainda? Um pouco ainda escrevo, na verdade tô tentando me descobrir pelo meu diário, escrevo coisas da Janis, letras de música, trechos de alguns livros que me emprestaram, conheci o Kerouac e adorei, sabia que ele era budista, aí resolvi conhecer o budismo, parece mais comigo, tem muito menos falsidade. Menos vazio então? Talvez, é como se eu precisasse descobrir do que eu gosto sozinha, qual é a minha música, o Kerouac ia pra montanha e escrevia um monte, acho que ele se achava lá, é meio isso, é assim que tô tentando escrever, só não tenho lugar pra guardar minhas coisas, depois que voltei mudou tudo, mudaram meu quarto e não tenho espaço só pra mim, não quero que leiam, e vão ler viu, até porque sempre fuçam nas minhas coisas pra procurar baseado. Quer guardar suas coisas aqui? Só se for naquele armário que tem chave, posso trazer minhas coisas pra cá sim, pelo menos por enquanto. Um vazio recheado de angústia. Com o abandono do namorado deixou de reconhecer seus gostos, estilos, escolhas como algo próprio. Pareceu perder algo que lhe fornecia certa

consistência subjetiva, houve uma desterritorialização. A escrita surgiu como possibilidade de reconhecer novos recursos para traçar outras fronteiras, outros territórios.

Os agenciamentos funcionam então nessa dupla função que monta e desmonta. Eles são elementos constitutivos dos territórios bem como operarão uma desterritorialização. Mesmo os espaços criados da forma mais libertária não são garantia de que produzirão relações dessa ordem. As práticas destinadas à loucura fomentam possibilidades de enriquecimento, de distinção e singularização ou de enclausuramento em lógicas normatizantes e enrijecidas. Isso é importante para a discussão deste trabalho, pois elimina algumas dicotomias e minimiza leituras românticas das novas práticas.

Cena – Brigadeiro, beijinho, olho de sogra, coxinha, empadinha, refrigerante quente, bolo, vela, luz apagada. Nada disso está nos aniversários de Rô. Há quanto tempo você não via sua família? Há dez mil anos atrás. Em seu segundo aniversário passado na casa um cover do Raul foi convidado para cantar. Rô, sempre muito acelerado sem costume de esquentar cadeira passou o show todo sentado no “palco” montado no fundo do quintal ao lado de Raulzito. Cantou todas as músicas, levantou-se apenas após o final de “Pedro”. “Pedro, aonde você vai eu também vou / Mas tudo acaba onde começou / Tente me ensinar das tuas coisas / Que a vida é séria, e a guerra é dura / Mas se não puder, cale essa boca, Pedro / E deixa eu viver minha loucura.” No próximo ano o mês de outubro era saudado com a pergunta: Rô, vai querer festa esse ano? Quero. Do que? Natal. Perú assado, salpicão, farofa, árvore de natal, guirlanda verde, toalha vermelha, bolo de chocolate, é pique é pique. Mais um ano. Vai ter festa Rô? Vai. Do que? Carnaval. Marchinhas, fantasias, serpentina, confete, família, Carmen Miranda, ra tim bum. Expressividade demarcando o território-festa. Talvez um desarranjo, carnaval não é em fevereiro? Poder acompanhar o louco sem diminuir os efeitos de desarranjo.

*“Estoy convencido que las separaciones y los divorcios, la violencia familiar, el exceso de canales de cable, la incomunicación, la falta de deseo, la abulia, la depresión, los suicidios, las neurosis, los ataques de pánico, la obesidad, las contracturas, la inseguridad, la hipocondría, el estrés y el sedentarismo, son responsabilidad de los arquitectos y de los empresarios de la construcción”.*⁷

(Medianeras – Direção Gustavo Taretto)

⁷ Estou convencido que as separações e os divórcios, a violência familiar, o excesso de canais a cabo, a falta de comunicação, a falta de desejo, a abulia, a depressão, os suicídios, as neuroses, os ataques de pânico, a obesidade, as contraturas, a insegurança, a hipocondria, o estresse e o sedentarismo, são responsabilidade dos arquitetos e dos empresários da construção.

3 - “SE NÃO É, FICA SENDO” – TERRITÓRIOS DA LOUCURA

Por uma sociedade sem manicômios. Esta foi uma das insígnias escritas com a caligrafia de contestação e crítica ao aparato asilar, incitada pelos movimentos brasileiros que se convencionou chamar, de forma geral, de Reforma Psiquiátrica (RP). A RP reunia ações sociais, políticas, jurídicas, técnicas, que buscavam transformações nas práticas asilares; as diretrizes gerais desses movimentos promoveram mais um deslocamento espacial, ou ao menos, sustentava a abertura de novas possibilidades de atuação no espaço das práticas designadas à loucura. Após viver cercado pelos muros da internação por mais ou menos quatro séculos, o louco passou experimentar outras possibilidades de configurações espaciais.

Do espaço fechado ao espaço aberto, ou do espaço fechado à abertura de outros espaços: cidade, da comunidade, da casa, da rua, dos novos serviços... início de outras possibilidades. Neste capítulo discutiremos alguns conceitos que se tornaram a chave que abriu os portões do Asilo, a desinstitucionalização e o território. De que forma a RP incidiu no espaço das práticas designadas à loucura? Como passou a ser compreendido o espaço do louco? Quais lógicas estão operando no plano dessas práticas?

2.3 O endereço da (R)eforma

Iniciamos pelo fim; em meados do século XX o desfecho da Segunda Guerra Mundial foi anunciado deixando para trás um saldo de mortes substancial. O cenário político ocidental resultante das atrocidades perpetuadas pelos totalitarismos foi o solo histórico no qual se enraizaram muitas revisões institucionais. Após os horrores vividos por uma grande parte da população mundial, era tempo de reconstrução social, criação de movimentos civis que, entre outras ações, passou a criticar o asilamento do louco.

A partir do segundo pós-guerra, em uma espécie de guinada histórica, começa a se consolidar uma forte tendência mundial à condenação da instituição psiquiátrica tradicional, baseada, exclusiva ou preferencialmente, no princípio da internação e no confinamento asilar do chamado doente mental (PASSOS, 2009, p.19).

Neste contexto, em diversos países do ocidente, se deu início a movimentos balizados pela premissa básica da crítica ao Asilo como única prática destinada ao louco. Séculos de tutela, normatização, disciplinarização deixaram marcas políticas, sociais e jurídicas que passaram a ser revistas de forma geral. As características sociopolíticas, bem como o funcionamento sanitário e dos Asilos de cada país, irão modular os movimentos de reforma insurgentes. O que se repetia em menor ou em maior grau era a direção geral da transformação: a desinstitucionalização da loucura e a tentativa de construções alternativas ao Asilo criando práticas que levassem em conta a inserção do louco na comunidade, revendo a proposta de isolamento terapêutico.

Vimos na França o surgimento da Psicoterapia Institucional e a Política de Setor, na Inglaterra a Comunidade Terapêutica e a Psiquiatria do Serviço Nacional de

Saúde da Grã-Bretanha, bem como o movimento da Antipsiquiatria, na Itália a Psiquiatria Antiinstitucional e a Reforma Psiquiátrica Italiana; nos Estados Unidos a Psiquiatria Comunitária, no Brasil a Luta Antimanicomial (DESVIAT, 2009), entre outros movimentos e reformas surgidos nesse momento histórico.

No Brasil, o que se convencionou chamar de Reforma Psiquiátrica emergiu em um momento em que o país experimentava uma ebulição na conjuntura político-social com a abertura democrática, a Assembleia Constituinte, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, entre outros. Ela guarda, assim, profundas afinidades com o movimento de Reforma Sanitária e a universalização do direito à saúde e criação do SUS (Sistema Único de Saúde).

Este foi um período fértil em discussões e mobilizações por parte dos profissionais da área da saúde, juntamente com familiares e usuários dos serviços, denunciando a violência e maus tratos que sofriam os pacientes de manicômios e a mercantilização da loucura. A RP questionava a terapêutica oferecida até o momento, que consistia, na maior parte das vezes, na internação e reclusão dos doentes mentais, estando centrada no hospital psiquiátrico e na exclusão dos direitos básicos de cidadania. Propunha a reestruturação técnica, política e social a partir dos serviços de Saúde Mental, produzindo importantes mudanças no que se refere ao cuidado de pessoas com um intenso sofrimento psíquico.

A Reforma Psiquiátrica é um processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, e que incide em territórios diversos, nos governos federal, estadual e municipal, nas universidades, no mercado dos serviços de saúde, nos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus familiares, nos movimentos sociais, e nos territórios do imaginário social e da opinião pública. Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o

processo da Reforma Psiquiátrica avança, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios. (BRASIL, 2000, p.24).

Os saldos da RP foram mudanças para os usuários de saúde e uma completa reestruturação dos serviços. Além da crítica ao modelo de internações, este movimento pôde estabelecer uma nova legislação que garantia direitos e novas formas de cuidado para o usuário de saúde. Em 1989 o deputado Paulo Delgado apresentou no Congresso Nacional um Projeto de lei que propõe a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país (BRASIL, 2005). Em 2001 o projeto é aprovado transformando em política pública nacional o conjunto de modificações que já vinham se efetivando: a substituição dos leitos psiquiátricos, a implantação de uma rede de serviços de assistência à saúde mental em meio-aberto e o estabelecimento de um conjunto de direitos há tanto tempo negados ao louco.

Segundo Amarante e Guljor (2005)

A concepção de Reforma Psiquiátrica se apresenta [...] como um processo de transformação estrutural da visão da sociedade sobre a loucura que abarca não apenas o modelo de cuidado, mas também suas noções sobre a condição social desse sujeito em sofrimento. Deste modo, compreendemos a Reforma como um processo que abarca dimensões diversas que se imbricam numa teia de inter-relações, permitindo-nos caracterizá-la a partir na noção de Rotelli (2001) de processo social complexo. (AMARANTE e GULJOR, 2005, p. 68).

A RP é um complexo processo social que propõe não somente mudanças nos modelos de cuidado em saúde mental, mas visa transformações políticas, culturais, jurídicas e sociais. Além da crítica ao modelo Asilar de tratamento, a RP expôs as situações de violência sofridas pelos loucos internados.

A lógica Asilar, como vimos no capítulo 1, deixou o louco a mercê das práticas curativas e normalizantes. O estatuto em que o louco se viu relegado permitiu, além da coação inerente ao processo terapêutico, a produção de práticas punitivas.

Os castigos físicos não eram incomuns. Algumas internações eram prolongadas, permitindo o abandono da família e situações em que o louco passava a ser morador de hospitais. Os pátios internos superlotados não dispunham de condições mínimas de higiene, os loucos eram deixados à sua própria sorte, muitas vezes sem roupas e sujeitos às variações climáticas. Não havia equipe suficiente para o cuidado, um número diminuto de profissionais era responsável por uma parcela grande de internos. As práticas tornavam-se mecânicas e homogêneas, criando assim uma massa de corpos indiferenciados, sem possibilidades de escolhas mínimas, de possuir objeto pessoais, passando fome, frio perdendo habilidades, incapacitando alguns até de falar. Com esse panorama a RP tinha como objetivo não somente criticar uma terapêutica, mas todo o conjunto de saberes e técnicas que promoviam violência, abandono e violação de direitos básicos.

O que é importante ressaltar é que, apesar de certas diferenças regionais, teóricas, sanitárias e etc., esses movimentos abriram possibilidades de se qualificar o espaço do louco de outra forma. Pela premissa básica de abolir o isolamento terapêutico, o espaço do louco pôde ser concebido de uma maneira que não provoque a reclusão em um espaço construído para a aplicação de um tratamento médico.

Enquanto o asilamento em locais isolados e disciplinados produziam subjetividades marcadas por normatizações. A RP inspira, fundamentalmente, a abertura de novos espaços e do retorno do louco à comunidade potencializando uma experiência mens tutelada, encarcerada. Lancetti (1990) nos alertou que a experiência da RP deve ser empreendida não para recuperar socialmente o louco nem mesmo para devolvê-lo à sua normalidade perdida. Não se trata de uma simples reintegração social, nem de retornar à loucura antes de seu confinamento histórico. A convivência com o que o doente mental tem de louco, a artesanaria de viver nesse limiar faz emergir formas de sociabilidade que operam deslocamento no plano moral, jurídico, estético, político e histórico.

Mas não devemos cair em engodos universais, nem nos esquivar da constante possibilidade de reprodução de práticas, ou lógicas asilares nesse “novo” contexto criado pela RP. Mesmo nos novos equipamentos criados há sempre um coeficiente de repetição, de tutela, normatização bem como na criação de novas práticas baseadas no controle e na biopolítica (voltaremos a isto, mais a frente). Construir e desconstruir as práticas cotidianamente de forma crítica é um exercício essencial. Abre-se assim a admissão de que os problemas devem fazer parte da montagem das práticas. Suspende-se a busca do empreendedorismo de práticas absolutas, que busquem a resolução das dificuldades criando uma obra finalizada. As soluções perseguidas nos serviços devem adquirir um caráter de provisoriedade. Soluções provisórias para problemas provisórios, os impasses devem ser acompanhados, não superados, resolvidos, na busca de um modelo prescritivo.

2.4 A hospedagem provisória

Passemos a um dos pressupostos nodais da RP, a desinstitucionalização. Salvo algumas diferenças, esse é um dos projetos centrais dos movimentos de reforma, principalmente no modelo adotado no Brasil, que foi fortemente inspirado na Reforma Psiquiátrica Italiana.

A desinstitucionalização não deve ser confundida com uma mera desospitalização do louco. O projeto não era derrubar os muros dos Asilos, ou reformar sua arquitetura, nem somente criar novos espaços para o louco circular em um meio aberto, espaçoso e sem restrições. A busca era a de renovar a capacidade terapêutica da Psiquiatria, liberando-a das suas funções arcaicas de controle social, coação e segregação. Neste contexto cultural e político a desinstitucionalização era uma palavra de ordem [...] (ROTELLI et al 2001, p19).

A incidência desta premissa estará na lógica produzida pelas práticas de asilamento que arquitetaram aparatos institucionais em que o louco tornou-se um objeto de conhecimento médico. Ao ser medicalizado, o louco passou a ser alvo de medidas curativas que alicerçavam as vigas dos asilos em práticas normativas e de regulação de condutas. A loucura concebida como uma doença que incita comportamentos e atitudes desviantes de uma norma deve ser alvo de ações que busquem, no isolamento terapêutico, a sua recuperação normativa. Esse tratamento criou a figura do louco tutelado, normatizado, encarcerado, impossibilitado de escolhas, contido, sem possibilidades de trocas sociais mais amplas, sem direitos pessoais, enfim o louco que deveria ser curado de uma desordem, de uma doença que beirava a incapacitação.

[...] a desinstitucionalização é um trabalho prático de transformação que, a começar pelo manicômio, desmonta a solução institucional existente para desmontar (e remontar) o problema. Concretamente se transformam os modos nos quais as pessoas são

tratadas (ou não tratadas) *para transformar o seu sofrimento*, porque a terapia não é mais entendida como a perseguição da solução-cura [...] (ROTELLI et al, 2001, p29).

Proposta de uma nova sensibilidade à loucura. Ele não seria o de doente que necessitava ser retirado do espaço coletivo da cidade, retirado de sua casa, de sua família e isolado dentro do espaço disciplinarizado do asilo. Desinstitucionalizar é um processo crítico e prático que visou desconstruir aparatos institucionais de sequestro, bem como, complexificar a experiência da loucura. O alvo são os próprios pressupostos da psiquiatria, a condenação de seus efeitos de normatização e da construção de um personagem socialmente inapto.

Inicialmente, isto é, no trabalho de desconstrução do manicômio, esta transformação é produzida através de gestos elementares: eliminar os meios de contenção; [...] reconstruir o direito e a capacidade de uso dos objetos pessoais; reconstruir o direito e a capacidade de palavra; eliminar a ergoterapia; abrir as portas; produzir relações, espaços e objetos de interlocução; liberar os sentimentos; restituir os direitos civis eliminando a coação, as tutelas jurídicas e o estatuto de periculosidade; reativar uma base de rendimentos para poder ter acesso aos intercâmbios sociais. (ROTELLI et al, 2001, p33).

Apesar de, inicialmente, a desinstitucionalização se realizar nas modificações no espaço dos asilos criando possibilidades de circulação, portas abertas, o que se pretendeu era uma alteração social complexa que permitiria o louco viver em comunidade com um coeficiente menor de normatização. Desinstitucionalizar é, portanto, como colocou Lemke (2009) produzir práticas que possibilitem a existência dos usuários no tecido social – em seus territórios de vida -, lidando com o sofrimento psíquico na rede de complexidade que lhe é inerente e da qual era

sistematicamente subtraído por determinadas racionalidades estritamente técnicas. (LEMKE, 2009, p.54).

Trata-se não de uma reforma no espaço do hospital, isso já vimos que foi feito, mas sim de redimensionar o espaço do louco, criando outras práticas que não fomentem o aprisionamento em terapêuticas totalitárias e prescritivas. Nessa constelação de ideias, o espaço como um vetor de produção de subjetividade poderá ser acionado para produzir inflexões nos modos de vidas.

Um elemento importante nesse processo é que a “desinstitucionalização requer a relação com um território” (ROTELLI et al, 1992, p.47). Esse é um fator preponderante nos processos de RP, algo que se repete de forma consistente: desmontagem do aparato asilar e construção práticas ligadas à comunidade, ao *território* do louco.

Os serviços territoriais são os lugares nos quais se expressa a renovada intenção terapêutica da Psiquiatria, que queria finalmente libertar-se da função imprópria de custódia e coação (ROTELLI et al, 2001, p21).

Ao recusar o isolamento do louco como um método terapêutico, a RP propõe outras práticas que irão ser notadamente marcadas pelo conceito de território. Buscam superar gradualmente o isolamento em asilos através da criação de serviços na comunidade, do deslocamento da intervenção terapêutica para o contexto social das pessoas. É uma transformação do sistema de cuidado que rompe com o predomínio das internações como única ferramenta de cuidado.

Novamente um deslocamento espacial do louco, do asilo ao território. Mas neste deslocamento, diferente dos anteriores, operam outras lógicas. O espaço não é somente geográfico ou material, não deve ser construído artificialmente com finalidades de modificações de conduta. A noção de território inaugura novas possibilidades, possibilidades de um espaço que não é construído de antemão, mas

um espaço que se atualiza e se cria, que se movimenta e agencia materialidades e imaterialidades em uma produção subjetiva.

Nas políticas de saúde mental, a palavra território é utilizada em dois sentidos. Primeiro no sentido de *âmbito de atuação* das equipes ou dos módulos assistenciais, nos quais a noção de território é utilizada como um princípio ordenador das práticas e organizador do acesso, assim como para a divisão das responsabilidades entre os gestores e trabalhadores. Um segundo sentido é a idéia da construção de um modelo de atenção de base territorial-comunitária em oposição ao modelo asilar. Um modelo de atenção que funcione numa lógica territorial que esteja sintonizado com o local de vida e a rede de relações dos usuários e que tenha o território como centro de articulação das práticas de cuidado. É possível entender a *lógica territorial* como uma oposição à *lógica manicomial* e a territorialização do cuidado como condição indispensável para superar o ideal de isolamento das instituições asilares. (LEMKE, p.17).

Um deslocamento que não é somente espacial no sentido geográfico ou de localização, mas que qualifica o espaço de outra maneira. Não é o local físico que está em questão, mas o espaço como produtor de subjetividade, de territórios existenciais. Não é um território que se limita ao seu limite perimetral: cidade, bairro, rua, hospital, serviço substitutivo e etc. É um território entendido para além de uma área de cobertura de atenção, não é prévio, anterior ao movimento de apropriação subjetiva. Território em mutação, produzido pela apropriação subjetiva dos elementos do espaço.

Subjetividade não isolada de seu entorno que é afetivo, material e imaterial Retornando à proposta da RP de desinstitucionalização, podemos entendê-la nesta perspectiva espacial como uma deslocalização do espaço de tratamento em saúde mental até então era somente asilar.

A noção de território ganha sentido existencial, como lugar onde se desfazem, se constroem, se reforçam ou se enfraquecem laços sociais que dão sentido à vida. A desconstrução da instituição manicomial – os estabelecimentos de saúde mental, mas também e, sobretudo, os saberes, as práticas e os discursos de verdade tecidos em torno da loucura – dá passagem a novas maneiras de estabelecer relações entre loucura e comunidade (FURTADO, p.423)

Um cuidado no território impõe às práticas de saúde, no contexto de vida dos usuários, um objetivo diferente da restituição de normas perdidas. O objetivo é acompanhar o usuário em sua singularidade, no processo de criação de novas normas que tenham valor propulsivo, inventando estratégias que permitam que a vida não interrompa seu movimento de expansão. (LEMKE, p.78)

[...] não se trata de aperfeiçoar as estruturas tradicionais (ambulatório e hospital de internação), mas de inventar novos dispositivos e novas tecnologias de cuidado, o que exigirá rediscutir a clínica psiquiátrica em suas bases. Substituir uma psiquiatria centrada no hospital por uma psiquiatria sustentada em dispositivos diversificados, abertos e de natureza comunitária ou ‘territorial’ esta é a tarefa da reforma psiquiátrica” (TENÓRIO, 2002, p.35). Desconstruir no cotidiano das instituições e da sociedade práticas destinadas à loucura arraigadas em normatização, segregação, isolamento, e normatização de condutas. (TENÓRIO, 2002, p.48).

Novos serviços são criados: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em divididos em três modalidades de atendimento: adulto, infantil e dependentes químicos, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Serviço Residencial Terapêutico entre outros. São elaboradas novas estratégias e práticas: visitas domiciliares, equipes

volantes, equipes multidisciplinares, atendimentos compartilhados, fórum de trabalhadores, enfim, há uma tentativa de reestruturação das práticas voltadas à loucura, matizadas por oposição ao espaço fechado do asilo.

Problematizamos então a compreensão desta clínica como *abertura do espaço* e não somente como um *espaço aberto*. Como abertura do espaço, entendemos um espaço que se constitui na medida em que acontece, pela produção de redes intensivas, possibilitando relações sociais, acontecimentos díspares e devires que se transformam em potentes dispositivos clínicos. (FURTADO p.15).

Espaço tomado em sua dimensão de construção singular e coletiva. O território adscrito por um serviço pode ser comum a uma população, no entanto, as formas de apropriação dele, as construções subjetivas possíveis serão das mais variadas possíveis. Produção polifônica que terá seus alicerces apoiados no plano comunitário com suas lógicas, verdades, idiosincrasias, histórias... e nas produções distintas de territórios existenciais.

Singularidades, territórios existenciais, espaço de vida, desinstitucionalização, reformas psiquiátricas, elementos fundamentais para uma outra construção de práticas voltadas à questão da loucura. Essas propostas não garantem a hospitalidade com os loucos. Criar novos serviços, possibilitar que o espaço se transmute de um espaço de ortopedia para um espaço de abertura de possibilidades não garante que o louco será bem recepcionado. Há um movimento cotidiano de abertura e fechamento que, mesmo nas novas estratégias territoriais, comporta um paradoxo. Há uma concorrência de lógicas que atuam o tempo todo na práxis. O espaço pode se fechar a qualquer momento. O território pode se homogeneizar sem que percebamos. A idealização de que a RP é um local de chegada nos impede de perceber que o percurso deve ser feito e refeito a todo momento.

Se compreendermos que o espaço institucional comporta movimentos de abertura e de fechamento, de desterritorialização de sua dimensão instituída para posterior composição de novos territórios institucionais, há que se supor, então, que todo processo de desinstitucionalização tem como contraface, como dois lados de uma moeda. A criação de novos espaços de cuidado em saúde mental se faz nessa tensão entre o novo e o que tende a se repetir, entre o instituído e as forças instituintes que mantêm em aberto os processos de institucionalização. A RP é um movimento instituinte em saúde mental na medida em que sustenta essa luta pela abertura do espaço de cuidado, luta constante e interminável (FURTADO e PASSOS, 424).

Cena – Cheiro de tinta fresca e cimento úmido. Alguns cômodos ainda produzem eco das vozes, as roupas se penduram na borda da caixa de papelão, o papel bolha estoura na ponta dos dedos, cadê a panela pra fazer o almoço? As caixas amontoam os objetos a serem achados, a geladeira ainda não pode ser ligada, escapa o gás. Qual o meu quarto? O caminhão vai embora, a televisão é ligada. E Rô atravessa os contornos do imóvel com sua habitual mobilidade. Veloz, vai de um ponto ao outro da casa como um ponteiro de relógio sem paradas. Anda, anda, anda e anda. Rô, tudo bem? Tá, tá, tá. É sua segunda mudança de endereço em menos de três anos. A aceleração era esperada e conhecida por todos. O ritmo diminui quando a malha percorrida por encontra alguns pontos. Ele os toca. Aperta o botão da campainha, vira-se bate na maçaneta do portão, abre e fecha a caixa de correio e dirige-se à parte interna da casa. Acende e apaga todas as luzes dos cômodos, abre e fecha todas as maçanetas das portas. Passa pela cozinha e guarda talheres e utensílios espalhados pela mesa, joga fora papel amassado. Vai até o fundo da casa, com o mesmo impulso senta e levanta do sofá. Volta à parte da frente e aperta o botão da campainha e reinicia o ritual. São horas, dias, na mesma toada. Dorme pouco, come por costume, como se isso não fizesse parte do circuito. Xí, olha lá o Rô tá com toque de novo. Rô, qual é o seu quarto? É aquele ali. Me mostra? E aonde você almoça? Lá. Me leva até lá? Sabe o endereço da casa? Rua Franciso. Não, esse é o

da outra, aqui é rua Regente. Ah tá. Então, qual seu quarto mesmo? E o rito se reinicia. Essa cadência desacelera Rô, as coisas passam a ter um lugar, um endereço. O toque, a localização vai, aos poucos, erguendo pequenas fronteiras que localizam o espaço novo para Rô.

Os serviços terão sempre potenciais de criar espaços mais folgados, que aprisionem em menor grau as produções de subjetividade e ao mesmo tempo espaços mais justos, mais apertados que hegemonizem práticas potencializando produções de subjetividades serializadas, achatadas. Deleuze e Guattari produziram ferramentas que nos auxiliam nesse tensionamento, o espaço liso e o espaço estriado.

Não são espaços antagônicos, não estão totalmente separados. Convivem em constante movimento. Aquilo que sai, improvisa. Aquilo que alisa os pontos e promove a possibilidade de criação. Ou mesmo aquilo que encerra e estria ao limite da impossibilidade, fechando ao imprevisto

O espaço liso é ocupado por acontecimentos [...], muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais que de propriedades. [...] Enquanto no espaço estriado as formas organizam uma matéria, [...]” (DELEUZE e GUATTARI, 2005, p.185). “[...] no espaço estriado, as linhas, os trajetos têm tendência a ficar subordinados aos pontos: vai-se de um ponto ao outro. No liso, é o inverso: os pontos estão subordinados ao trajeto. (DELEUZE e GUATTARI, 2005, p. 184).

Há, portanto, um conjunto de questões simultâneas: as oposições simples entre os dois espaços; as diferenças complexas; as misturas de fato, e passagens de um ao outro; as razões da mistura que de modo algum são simétricas, e que fazem com que ora se passe do liso ao estriado, ora do estriado ao liso [...] (DELEUZE e GUATTARI, 2005, p.180).

O liso e o estriado são elementos que produzem uma matemática complexa, cálculo que pode somar, subtrair, dividir e multiplicar. Em situações mais extremas, criam situações de perda de referenciais e/ou marcas duras demais para se movimentar livremente.

É como se um espaço liso se destacasse, saísse de um espaço estriado, mas havendo uma correlação entre ambos, um retomando o outro, este atravessando o outro, este atravessando aquele e, no entanto, persistindo uma diferença complexa (DELEUZE E GUATTARI, 2005, p.180).

São espaços em ação contínua, não estão estanques. Isso nos interessa para pensar o movimento de territorialização e desterritorialização. Com a RP busca-se a criação de práticas que superem a lógica asilar, no entanto, não significa que essa lógica não irá se presentificar na vida das pessoas. O espaço estriado do asilo produzia subjetividades, não se pode deixar isso de lado. Guattari (1985) nos alerta que podem constituir até debaixo de uma ponte territórios existenciais, mesmo em condições de extrema desterritorialização ou de padronização, serialização.

Cena - Ele parece não achar lugar em seu corpo, anda deitado, deita sentado, senta enrolado. As costas arqueadas, as pernas finas, os joelhos flexionados o sustentam fragilmente. Anda vagorosamente com seu corpo em "S". A fala difícil de ser entendida sai da boca em murmúrios. Exibe marcas de uma vida sem muitos caminhos para percorrer e com poucas pessoas pra falar. Morou em manicômios a maior parte de sua vida. Foi transferido do hospital para a casa não por escolha própria, simplesmente foi. Observa a casa com olhar assustado, e cheio de lágrimas. Ali, há cadeiras e sofás para se sentar. Mas o chão sempre é escolhido para o repouso. Nos primeiros dias na nova moradia atira seu corpo contra as paredes, chora e pede para ser amarrado. Quer tomar injeção. Quer morar no hospital, pede pra voltar lá. O portão aberto abre a possibilidade, sai da casa e deita-se na rua. Prefere morrer ao viver na casa.

Na criação desse novo paradigma, o velho e arcaico não será totalmente abandonado. Saber suportar o mesmo, a repetição, sem se render à faceta pouco

criativa se faz função importante nestas novas práticas. Trata-se de compreender que os territórios não estão imóveis e não caminham para uma liberdade totalmente singular. Por vezes é tão violento libertar o louco quanto encerrá-lo. s vezes é mais violento o fora do que o dentro. A lógica territorial, ao inverso da manicomial, busca a construção de territórios existenciais em que um alisamento é buscado, mas ela não deve se furtar que o estriado faz parte do jogo, e que em algumas situações se faz inclusive necessário.

A ideia não é somente em criar espaços lisos como um ideal de práticas. O liso não está desprovido de estriamento e vice versa. Esse movimento contínuo entre os dois nos diz que não há um em detrimento do outro. Um não é mais ideal que o outro. Em algumas situações o liso pode se tornar insuportável, contendo poucos pontos de sustentação, clamando para ser estriado. Por outro lado o estriado pode apertar em demasia e impedir a movimentação.

Cena - Rua, FEBEM e hospital psiquiátrico. Esses foram seus locais de moradia por 32 anos. Um quarto local surge. Onde já se viu morar numa casa, que absurdo, nunca vi isso na minha vida, quero voltar pro pavilhão, não quero ficar aqui. Como se posicionar frente essas situações? O manicômio é percebido como um local preferível de moradia, melhor do que em uma casa? Que loucura! Algumas situações promovem deslocamentos, estranhamentos.

O mesmo, a repetição é fundamental para a construção de uma sustentação de subjetivação, sem repetir ao extremo as impossibilidades estereotipadas que impelem à paralisação. Poder no mesmo criar, atentando às minúcias e detalhes que possam possibilitar diferentes relações, diferentes saídas para pequenas variações e desvios. Assim, sustentar um ponto de apoio mínimo, mas que lhe permita conquistas de singularizações, de liberdades de fazer diferente, de improvisar, de dar passagem a outras possibilidades de subjetivação.

Mas, justamente, o que nos interessa são as passagens e as combinações, nas operações de estriagem, de alisamento. Como o espaço é constantemente estriado sob a coação de forças que nele se exercem; mas também como ele desenvolvem outras forças e secreta novos espaços lisos através da estriagem. Mesmo a cidade

mais estriada secreta espaços lisos [...] Às vezes bastam movimentos, de velocidade ou de lentidão, para recriar um espaço liso. Evidentemente, os espaços lisos por si só não são liberadores. Mas é neles que a luta muda, se desloca, e que a vida reconstitui seus desafios, afronta novos obstáculos, inventa novos andamentos, modifica os adversários. Jamais acreditar que um espaço liso basta para nos salvar” (DELEUZE e GUATTARI, 2005, p.214).

A desinstitucionalização da loucura não é garantia de que o louco poderá habitar as aberturas de espaços que lhe são propiciadas. As lógicas manicomiais ainda podem se presentificar de forma mais branda ou mais extrema nas novas práticas.

Cena – Levado pelo vento, flutua pela casa. Não fala e pouco se comunica. As vezes com olhar de perplexidade para e olha para trás como se estivesse perdido o caminho, como se não soubesse voltar. Mas sabe para onde ir? Não responde quando é chamado. Anda descalço, a roupa que veste é aquela que estava mais próxima. No banheiro a porta fica aberta, a água da pia é para beber e da privada para lavar as mãos. Senta no chão ao lado das cadeiras. O maço de cigarros está ao alcance das mãos, mas elas procuram as bitucas do chão e dos cinzeiros.

Mas veremos outras lógicas organizando-se que podem incidir nas novas práticas. Deleuze (2010) alertou-nos para uma crise generalizada dos meios de confinamento como a prisão, o hospital, a fábrica, a escola e etc. Para ele, após a Segunda Guerra Mundial, não somos mais sociedades disciplinares, outras forças passam a operar que anunciam a sociedade de controle (DELEUZE, 2010, p.224). As instituições disciplinares perdem sua função radical e são substituídas por um controle mais invisível e menos localizado espacialmente, sem endereço fixo, um “controle ao ar livre” (DELEUZE, 2010, p.224). Criam-se mecanismos de “controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto, animal numa reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica)” (DELEUZE, 2010, p.228). Coleiras operando nos telefones celulares que encontram as pessoas em todos os locais, nos sites de relacionamento com aplicativos de posicionamento global e que

indicam os locais exatos em que as pessoas estão, nas câmeras de segurança que pedem um sorriso, a circulação pelos espaços é livre, aberta, mas ao mesmo tempo, esse constante monitoramento “cria prisioneiros a céu aberto” (PELBART, 2000, p.29).

A sociedade de controle se consolida no plano daquilo que Foucault chamou de biopolítica⁸. Traremos uma definição elementar do conceito. Para Castro (2004) biopolítica é a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de vivente enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça (CASTRO, 2004, p.60). Essa nova forma de poder se ocupará da população como um todo, não apenas com o indivíduo como na sociedade disciplinar. O controle age na vida biológica de uma população. Enquanto a disciplina controlava cada indivíduo em suas minúcias corporais nas fábricas, prisões, hospitais, asilos, a biopolítica administra o homem enquanto espécie viva nas cidades, na população como um todo. Os muros das instituições fechadas são derrubados promovendo maior mobilidade, fluidez, acompanhada de maior controle. A lógica disciplinar tinha um endereço fixo, já a de controle abarca a sociedade como um todo.

A proposta de construção de uma lógica territorial com a RP não se furta de, na tentativa de abertura, controlar o louco. Corre-se o risco desse controle capilar se espalhar pelo território (aqui adscrito) e promovendo práticas que a princípio são libertárias, mas que produzem o controle do louco em seu espaço. Lemke (MMMM, p.71) alerta que esse conjunto de pressupostos da sociedade de controle quando incidem nas práticas de saúde, resulta em políticas de subjetivação que restringem os territórios existenciais, estanca o movimento do modo singular do usuário “andar a vida” e o aprisiona em formas identitárias, anulando ou negando suas diferenças. Esses pressupostos fazem com que as práticas de saúde cristalizem itinerários de segregação e banalizem cotidianamente a violência implícita que é o silenciamento

⁸ Segundo Pelbart (2003) o termo biopolítica aparece pela primeira vez, na obra de Michel Foucault, em sua conferência proferida no Rio de Janeiro em 1974 e intitulada “O nascimento da medicina social”. Mas Foucault trabalhará esse conceito de forma mais ampla em outros textos como o capítulo final de “A vontade de saber” e em seus cursos ministrados no Collège de France como “Em defesa da sociedade”, “O Nascimento da biopolítica”, “Segurança, território e população” entre outros.

de diferenças incômodas no cumprimento de um mandato de homogeneização do social. (LEMKE, MMMM, p.71).

Cena – O som da campainha em um ritmo frenético acompanhado pelo som dos gritos desassossega a tranquilidade que acompanhava o ritmo da panela de pressão. Não dá mais, não dá mais, vocês são irresponsáveis, vou denunciar todo mundo daí, vocês não educam eles, não fazem nada o dia inteiro, ele está urinando todo dia no portão e desce tudo pra minha garagem, é um nojo, e fica deitado no chão da garagem de vocês, isso é negligência e maus-tratos. Mas senhora, ele tem calor e gosta de deitar no chão, é mais fresco. Mas vocês tem que ensinar, isso não pode acontecer. Tá certo, vamos conversar com ele sobre a urina, mas se ele quiser irá continuar deitando no chão ok? Ensinar? Será? Gui você escutou a mulher gritando aí fora, o que acontece, por que tá urinando ali no portão? É no portão daqui da casa, não dá tempo pra eu entrar as vezes. Entendi, mas desce tudo pra garagem dela e a mulher tá uma fera, não dá pra ir no banheiro mesmo? Não. E se você for do lado direito e fizer ali, assim não escorre pro lado dela, ali já tem uma torneira e você pode jogar uma aguinha, assim dá? Dá.

Os novos serviços e práticas correm o risco de se tornarem produtores de novos mesmos. As ações territoriais estarão sempre neste limiar entre singular e comum, o tensionamento é constitutivo, os serviços abertos podem se transmutar em ferramentas forjadas pela sociedade de controle. Há possibilidade de se pasteurizar as práticas, transformá-las em receitas genéricas de ações que minam a força revolucionária e reformista contida nos movimentos de RP.

Cena - As palavras são todas úmidas, não há um instante sequer em que consiga conter esse transbordamento. Os olhos não cessam de chorar a dor da paixão não correspondida. Aquele que durante anos foi seu psiquiatra casou-se. O rastro da lágrima falada inunda sem cessar todo o leito de um rio em que se transformou a casa. Chora e anda, chora e anda, chora e anda. Um desvio no rio, ficou parada alguns instantes olhando para dentro da sala de equipe. Posso ficar aí te olhando e pensando em música, sua cara me acalma, com essa barba branca. Pode sim, mas eu estou digitando um relatório urgente e não vou poder conversar muito. É só olhar, olhar tua cara me acalma, aí tento pensar numas músicas. Senta aí então.

Senta-se, cantarola em tom quase inaudível. Seca os olhos. Cessa a inundação verbal. Mônica, quem deixou você entrar aí, esse lugar não é pra paciente e você sabe né, é só pra funcionário, vai atrapalhar o trabalho dele. Ela tá comigo, vai ficar aqui um pouco, não atrapalha. Ai, não sei, ela não tá muito bem, pode...você sabe, não seria melhor ela sair, ver a medicação com o médico e depois ir ao grupo de fala, Mônica você precisa falar disso que te deixa tão triste, tá ficando deprimida, precisa ver tua medicação né? A inundação recomeça. É que eu tô muito triste, muito triste. Veja bem, nesse momento ela não quer conversar, quer olhar a cara e pensar em música, é o que ela vai fazer, quando e se quiser falar ela avisa a gente, dá um tempinho, é isso mesmo que você quer Mônica? É, pode? Fica aí então.

O liso e o estriado retornam para nos auxiliar nessa contradição imposta às práticas territoriais. Com o risco de perder toda a originalidade dessas práticas, devemos estar advertidos sobre o jogo de forças presentes na sociedade de controle. Pelbart (2000) nos ofereceu uma indispensável contribuição que foca os serviços de forma crítica.

A sociedade disciplinar era constituída por instituições de confinamento, como a família, a escola, o hospital, a prisão, a fábrica, a caserna. Depois da Segunda Guerra Mundial, porém as instituições de confinamento começaram a entrar em crise. Seus muros desmoronam (digamos, a família se pulveriza, a escola entra em colapso, o manicômio vira hospital-dia, a fábrica se atomiza) mas, paradoxalmente, sua lógica se generaliza. Ou seja, a lógica disciplinar que presidia as instituições disciplinares se espria por todo o campo social, prescindindo hoje do confinamento, e assume modalidades mais fluidas, flexíveis, tentaculares, informes e esparramadas. Se antes o social era recortado e quadriculado pelas instituições, configurando um espaço *estriado*, agora navegamos num espaço aberto, sem fronteiras demarcadas pelas instituições – espaço *liso* (PELBART, 2000, p.29).

Cena - Gente, é impossível isso, ele tá trazendo um monte de coisa e enfiando tudo lá embaixo na convivência, não pode, até por que aqui é uma instituição de saúde, não podemos reciclar as coisas desse jeito, tem um procedimento correto, se a vigilância sanitária passar por aqui quero ver, ele vai ter que levar tudo embora. Mas não é só isso, ele tá super em mania, precisa de uma reavaliação, tava tão bem semana passada e agora desse jeito, pode ter ido pra rua de novo e quando faz isso não toma medicação, ele ficava mais pra baixo mesmo, agora acelerou de vez e fica pegando um monte de coisa, o bipolar é uma surpresa sempre. Espera um pouco, pode até ser que não esteja tomando a medicação, mas alguém foi perguntar pra ele o que são essas coisas que ele tá está trazendo pra cá, ou por que está trazendo, e se ele foi pra rua de novo, algo aconteceu, antes de limpar as coisas vamos chegar perto dele, de alguma forma ele escolheu trazer tudo isso pra cá. Ótimo então, vai descendo e falando com ele, enquanto isso vou pedir pras meninas da limpeza para pelo menos ensacarem tudo e depois da conversa eu explico que não pode trazer lixo pra cá. Normatizações, sintomas, medicalização, diagnóstico e ações estereotipadas.

Os práticos da lógica territorial devem estar atentos a esse movimento. Não basta procurar criar espaços lisos nos territórios das práticas, o espaço aberto buscado pela RP conserva essa potencialidade de controle da vida. Pode-se cair em uma armadilha e criar em espaços abertos práticas de controle e de homogeneização do social. Pessoas ajustadas, saudáveis, que se alimentam segundo as prescrições, cuidam do corpo nas academias, minimizam ao máximo os efeitos nocivos que sua saúde pode sofrer. Antes o asilo funcionava, em uma de suas dimensões, como uma máquina de curar, após a RP a possibilidade de se transformar essa lógica foi inaugurada, mas a lógica territorial pode perder sua veia inovadora e se transformar em uma máquina de controlar a céu aberto.

[...] na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o atendimento a domicilio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros

confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas (DELEUZE, 2010, p.224).

Cena - Ao lado da lavadora de roupa, abaixo da escada e das roupas secando ao sol ele coloca sua oferenda. O canto do quintal se transforma em uma encruzilhada. A comida é arranjada no prato junto com as velas e um copo de água. É pra minha mãe isso sabe, ela precisa da minha ajuda, tadinha fica com fome, tó mãe. A comida atrai outros moradores, ratos passam pela cozinha, escondem-se atrás do armário, jantam a oferenda. O que devemos fazer? Não podemos impedi-lo de fazer as oferendas. Por outro lado, aqui é um serviço de saúde, não podemos ter ratos. Mas vamos fazer o que, tirar a macumba? Já conversamos com ele uma vez, mas não adianta, quer fazer a oferta à mãe. Ele tem direito, a casa não é dele? Eu tenho medo de rato, e os outros podem ser mordidos. Impasse. Proibir uma expressão singular? Normatizar o comportamento? O que fazer nesta situação? Conviver com ratos também não era uma opção viável. Mario, as suas oferendas estão atraindo ratos você viu? Não tá não, é pra minha mãe, não tem rato, nunca vi. Mas dá pra colocar em outro lugar? Fora da casa por exemplo? Já pensei nisso, queria colocar em uma praça, mas não tem nenhuma aqui perto. Tem a praça onde vimos e conversamos com aquela moça Nadia lembra? É mesmo, a Nadia né? Nunca mais me encontrei com ela, e ali é uma esquina, posso colocar as coisas pra minha mãe lá. Os inquilinos indesejáveis mudaram de endereço.

As armas devem ser buscadas no cotidiano das práticas territoriais. As técnicas, intervenções, produção de saberes, soluções, impasses, dificuldades, facilidades, manejos, devem cadenciar um ritmo que não busque a desaceleração apaziguante das questões levantadas, problemas encontrados e interrupções de processos. Sem soluções definitivas e determinismos generalizados, pode-se criar distâncias mais amplas, dar espaço para os acontecimentos. Não se trata de um *laissez-faire*, longe disso, mas de buscar soluções provisórias para situações que são provisórias porque em movimento; é a assunção da possibilidade de se conviver com o problema sem buscar aplaca-lo com determinismos, racionalidades estereotipadas que fomentem práticas-clichês.

Cria-se assim uma perspectiva em que os serviços são inventados em plano temporário, sempre cauteloso às forças e lógicas, sejam disciplinares ou de controle, que ali estão presentes mesmo quando ausentes.

Cena – Diabetes é um trauma que dá aqui no peito e faz eu ficar tossindo, aí não posso comer açúcar. Era assim que Urso entendia sua condição. Sua situação foi ficando azeda com o tempo. H1, H1, H1, era esse o código que se repetia todo dia no medidor de glicemia. Acima de 600 ele não media mais, respondia H1. Entre furos e picadas, sentia seu corpo ser atravessado por agulhas pelo menos 8 vezes por dia. A chave da casa no bolso abria sua boca às guloseimas, salgadinhos e cervejas. É preciso fazer algo, ele vai acabar ficando cego, ou vai perder alguma parte do corpo. Mas vamos impedi-lo de sair? Lá no CAPS cobram e dizem que não podemos deixá-lo sair, dizem que é nossa responsabilidade. Tem vezes que ele não quer tomar insulina e fica bravo se a gente insiste, fico até com medo. Olha, eu já trabalhei no PSF e, sinceramente, nunca vi um diabético se cuidar da forma que os médicos querem. Que bom? Ou não? Como cuidar disso? Quem é que decide sobre o corpo? O Urso? O médico? A indústria farmacêutica? O açúcar? Deve ser horrível ficar tomando picada o dia todo. Vamos tirar a chave e prendê-lo? Mas ele não pode beber, a médica falou. Mas temos direito de decidir isso? Se eu bebo, fumo por que ele não pode, só por que é louco? Gente, mas isso é sério, não dá pra largar, fingir que não tá acontecendo. Seguimos. Na UBS passou a frequentar o “Grupo de Diabéticos”. Local de informação e escuta de dificuldades. Perdeu o interesse. É chato lá, só ficam falando que eu não posso comer açúcar. Vamos fazer assim então, tem coisas que você pode comer e beber que não vão fazer tão mal. Vai às compras. Retorna com sacolas cheias de chocolates, doces, balas e refrigerantes diet. Mas agora parece que tá pior, como ele sabe que pode comer essas coisas, come tudo de uma vez só e passa mal. Ele tem hábitos de gordinho, desce de madrugada pra comer, é o Urso mesmo. E tá querendo cada vez menos tomar a insulina. Bom, alguém acha que ele deve tomar forçado? Não. Seguimos. Urso recebeu a visita de uma nutricionista, mais uma especialista. Não seguiu a dieta. No consultório de mais

um especialista, o endocrinologista. Assim não dá, ele não faz nada do que mando, desse jeito vou parar de atendê-lo, não tem um psicólogo por lá que possa convencê-lo a fazer as coisas? Convencer? Sabe o que descobri, fico sozinha com ele na cozinha, fecho a porta e converso um pouco sobre o que ele quiser, depois quando vejo que dá pergunto se naquele dia vai tomar insulina, digo que não gosto de furá-lo, e que detesto que sinta dor, mas tudo aquilo é pro bem dele, às vezes ele topa. Foi convencido? O problema vencido? Às vezes isso não dá certo e ele não toma não, fica bravo e sai de perto. Seguimos.

Finalizaremos este capítulo pelo início. A primeira frase nele escrito pode agora ser lida com outros olhos. A máxima “Por uma sociedade sem manicômios” deve ser examinada com atenção. Vimos que os manicômios eram as construções arquitetadas pela disciplina. Em seu endereço fixo a coerência de suas práticas era viabilizada pela sociedade disciplinar. No entanto sua lógica capilar passou a operar fora dos muros alastrando-se pela sociedade como um todo de forma mais diluída, elástica e esparramada instituindo a sociedade de controle. A RP impulsionou transformações na realidade do louco. As práticas Asilares foram decompostas e substituídas pelas práticas pautadas na lógica territorial. No entanto, a RP não está concluída, é um movimento constante e contínuo, pois não

[...] acolher os loucos, nem mesmo relativizar a noção de loucura compreendendo seus determinantes psicossociais, como se a loucura fosse só distúrbio e sintoma social, espécie de ruga que o tecido social, uma vez devidamente “esticado” através de uma revolucionária plástica sociopolítica, se encarregaria de abolir. Nada disso basta, e essa é a questão central, se ao livrarmos os loucos dos manicômios mantivermos intacto um outro manicômio, mental, em que confinamos a razão (PELBART, **MMMM**, p.106).

Para o autor, corremos o risco de libertar o louco somente para criar uma sociabilidade asséptica como parte de uma estratégia de homogeneização do social. O manicômio mental funcionaria como um espaço de confinamento da desrazão produzida por uma racionalidade carcerária que impede o pensamento e as práticas operarem de forma criativa e experimental. Seria necessário desmontar essa racionalidade a fim de deixar o pensamento permeável à desrazão (PELBART, MMM, p.107).

Cena – O vapor da água morna embaça o acrílico do box, dos dois lados há silhuetas. Um toma banho, enquanto outro observa. Um não quer, mas o outro insiste em querer. Quer passar a mão nos outros, deitar com eles na cama, dar beijo na boca, mostrar seus genitais. Mas os outros querem? É abuso ou não? Não dá pra saber, eles ficam quietos e deixam ele fazer isso, podem estar gostando, temos que impedir? Ele é alto, forte e só fala em violência, tiro, morte e coisas assim, o pessoal tem medo. Estão gostando ou tem medo de falar que não querem? E se ele estiver abusando mesmo, o que fazer? Boletim de ocorrência? Chamar a polícia? Mas e se ele for parar em um Manicômio Judiciário? Aí adeus, nunca mais. No banho já falaram que não querem ele lá. Falou-se sobre fecharem a porta, mas não querem, sentem medo de ficarem trancados. Um deles manda uma carta. Eu Gui, não gosto que me machuquem, nem me belisquem, nem beijo e nem carinho. Não persigo ninguém nem atrapalho a vida de ninguém. Gosto de sossego. Trabalho, nem que seja dentro da casa. Valter as vezes me pede dinheiro e eu não gosto disso, apesar de não gostar eu dou dinheiro porque ele me belisca, ameaça matar todos moradores, as vezes dá medo. Se ele fosse embora seria melhor. Tenho vontade de chamar a polícia, queria que a polícia desse uma surra nele. Tudo que ele faz não acho nada engraçado, as vezes tenho vontade de ir embora. Quanto aos outros não me incomodo. Se ele não for embora vou eu. A carta belisca questões essenciais. Polícia? Manicômio? Mais violência? Olho por olho? Somente direitos ao louco? Sem deveres? Um ou outro? Na sala a reunião é tensa. Não sou eu que faço isso, as vezes me falam que eu tenho que passar a mão. Mas no fim quem passa é você, e ele não quer. Mas não adianta que não vou preso, vou lá pro manicômio, você sabe se posso receber visita conjugal lá? Certeza da impunidade? Os outros se manifestam, nenhum deles quer ser tocado, beijado, ou beliscado, ninguém quer dar dinheiro a

ele. O que fazer? Impasse. Expulsar? Prender? Criminalizar? Ele podia dormir na garagem e deixar a gente em paz. Na garagem é um pouco radical, mas e se ele montar o quarto aqui na sala, e ficar proibido de subir, ou só subir acompanhado, assim ele continua morando aqui e vocês ficam mais sossegados, podemos fazer isso por um período e depois conversar, ver se ele tem condições de subir para o quarto de novo. Pra mim tá bom, não quero ir embora, falaram que eu ia pro albergue, mas lá não tem comida a vontade, não posso ficar durante o dia lá, tenho que ir pra rua, o que vou ficar fazendo? Tutela? Restauração? Abuso? Responsabilização? Controle? Um e outro.

Não se trata de pensar e construir práticas pautadas por uma irracionalidade, mas

[...] o exercício, no seio do próprio pensar e das práticas sociais, de uma nova forma de relacionar-se com o Acaso, com o Desconhecido, com a Força e com a Ruína. Trata-se de não burocratizar o Acaso com causalidades secretas ou cálculos de probabilidade, mas fazer do Acaso um campo de invenção e imprevisibilidade; de não recortar o Desconhecido com o bisturi da racionalidade explicativa; de não fazer da Ruína um momento de uma superação dialética, mas uma linha de fuga micropolítica (PELBART, MMM, p. 108).

As práticas não necessitam ser totalitárias, universais, uma receita que pode levar à atuações identitárias, burocratizadas. É preciso saber que, em alguns momentos a reposta, será encontrada ao acompanhar o louco em um caminho livre, ou com menor incidência, de racionalidades. Hospedagem provisória e provisoriedade de práticas. Nos novos serviços alinhados à lógica territorial não há uma única maneira de atuação, mas uma possibilidade única de atuação que considera as forças, linhas, lógicas que estão presentes na produção de subjetividades.

Cena – Ai as portas abertas dos serviços de saúde mental! Como deve ficar o portão da casa? No início, a frase acima foi tomada em sua literalidade. O portão só ficaria trancado no período noturno. Mas assim fica difícil, e se eles fugirem? É a casa deles e não estão presos, por isso nem podemos falar em fugir. Mesmo assim, podem sair na rua e se perderem. Podem, e aí? Não devemos cuidar dessas pessoas? Sim, mas sem prendê-las. Tudo bem, concordo, mas em São Paulo quem fica com o portão destrancado? Não é comum. Pelo portão duas pessoas saem e ficam desaparecidas por dias. Retornam de carona na viatura e os policiais cobram. Isso é negligência, abandono de incapaz, vocês podem responder por isso. A resposta foi trancar o portão. A chave em poder de uma pessoa apenas, pendurada em seu pescoço em uma lembrança dos séculos passados. Alguns tem autonomia, podemos deixar sair sozinhos. E se eles não voltarem. Já saíam e voltavam quando ficava tudo aberto. Então tá, eles pedem pra gente e saem. A chave, sem querer, vai mudando de endereço, do pescoço vai para um prego na parede. Ele saiu de novo sem avisar e deixou a gente trancado aqui dentro. Agora o jogo se inverteu então? Eles trancam a gente? Alguém precisa ficar trancado? Não podemos dar uma chave pra cada um? Ai meu deus! Aí eles vão sair sem o nosso controle. Bom, mas tudo bem, a casa é pra ser deles. Alguém pode se machucar na rua E se você se machucar quando sair da tua casa? E se alguém se perder? Vamos colocar um crachá com os dados daqui? Nem pensar! Crachá não. Mas podemos fazer um cartão plastificado e aqueles com mais dificuldades de localização colocam no bolso. Na sala a reunião. O que vocês acham de cada um ter uma chave da casa? Assim podem circular da maneira que quiserem. Alguns concordaram, outros não. Quero chave não, é perigoso, tem o cara lá o Zé Maneta que quer me matar. Mas temos que combinar algumas coisas, quando alguém não estiver bem não poderá ficar com a chave. Lembra Seu Cidão no ano passado? O senhor saiu da casa levando o Rô e ficou laçando-o com a corda na rua. Os dois se machucaram. E você Carlão? Lembra que se jogou no meio da rua pro carro passar por cima? O que acham? Tudo bem, assim é melhor mesmo, eu dou a chave. Nem tudo aberto nem tudo fechado. Impasses cotidianos em que lógicas distintas operam, trocam as posições, bagunçam os códigos. Não há uma maneira óbvia e estabelecida para se lidar com algumas situações. Soluções provisórias.

A lente foca um rosto. Eu sou egocêntrico, eu sou egoísta, eu sou humilde, eu sou pobre, eu sou ladrão, eu sou mau caráter, Cain matou Abel, eclesiastes três, tem tempo para todas as coisas, jeremias quarenta e sete versículo seis, o maldito não confia no outro, a mulher sábia...mateus, está mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um reino passar em um reino do céu, quero ir pro big brother nove porque eu estou estudando esse big brother tem oito anos, eu tirei quatro anos de penitenciária, eu sou engenheiro civil do pilar à sapata ... à coluna, eu sou processamento de dados, windows, word, excel, corel draw, access, internet, multimídia, powerpoint, eu sou ginecologista do senai, sífilis, herpes, condiloma ... hiv. A lente foca vários rostos, todos cantam [...] iêêê sakalavas oná ê,iááá sakalavas oná á, iêêê Sakalavas oná ê, iááá, eu sou fáblio, sakalavas oná á, madagascar, ilha, ilha do amor madagascar, ilha, ilha do amor, madagascar, um rosto volta, eu sou hapki dô do full contatct, um rosto some, todos cantam, ilha, ilha do amor, madagascar, ilha, ilha do amor ... aiêêê, madagascar olodum, aiêêê, eu sou o arco íris de madagascar, e eu disse aiêêê, madagascar olodum, aiêêê, eu sou o arco íris de madagascar olodum, rosto, eu sou ladrão, em jesus, eu sou capoeirista...

(A casa dos mortos – Direção Débora Diniz)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cena - Do silêncio inicial à repetição. Andava pela casa sem pontos de chegada, falava sem pontuação. Sem parar de andar. Comia falando, falava dormindo, andava e falava. Na tentativa de descobrir se havia algum documento que atestasse seu nome realizou uma varredura de sua digital. Nossa senhora, não dá pra pegar a digital dele. Tenta de novo. De novo. De novo. De novo. Tá meio apagado. Não dá pra ler a digital dele. Anda, repete, anda, não tem digital. Apagado. Tudo apagado? Quem é ele? Parado na rua faz algo: pousou a mão sobre a cintura em um movimento diferente dos anteriores. Como se sempre tivesse colocado a mão ali. Daquele jeito. Um ângulo se formou, cotovelo, punho, bacia. Apoia de um jeito confortável. Movimento menos duro e repetitivo do que estava habituado. Estar atento ao que está sendo produzido, detalhes singulares, acontecimentos.

Questões persistem. Não há um esgotamento delas e tampouco o encontro de uma resposta definitiva sobre a relação entre produção de subjetividade e espaço. O processo da pesquisa indica caminhos para outras pesquisas. Isso quer dizer que estas considerações não são finais? O próprio problema apresentado não é o mesmo do início da escrita. Havia uma questão norteadora que foi se transformando no decorrer do texto; assim como a prática foi se modificando na operação com os conceitos estudados.

Neste final provisório algumas questões dão pistas para outros percursos. O espaço foi o vetor mais assinalado nesta pesquisa, no entanto, vimos que o ritmo e o tempo têm sua função na construção de territórios. Muitos são os estudos que fazem essa articulação, em Deleuze e Guattari o conceito de ritornelo apresenta um desses experimentos de aproximação de tempo e espaço. O território é uma combinação entre uma constância criada pelo tempo e porções de alcance espacial. Como operar com o conceito de ritornelo levando em consideração que o tempo é um vetor de produção de subjetividade.

Vimos, com Foucault, deslocamentos do entendimento da loucura na relação com seu espaço. Buscamos adensar essa relação com a discussão proposta por Deleuze e Guattari, principalmente com a noção de produção de subjetividade heterogênea. No entanto, esse elo ainda é uma interrogação. Os autores estudados, e

a pesquisa propriamente dita, não esgotaram esses pontos. Pensar a loucura como uma experiência transversal a coloca em uma condição de errância. Assim ela não teria um local específico de alojamento, um território prévio e definitivo. A relação entre o louco e o espaço continua uma interrogação para clínica. A loucura fica alojada em algum território? Será que é nesse desalojamento que reside a especificidade do louco em relação às outras experiências subjetivas? Questões que sobram, que ficam e que apontam continuidades. O louco como um permanente desalojado, como se só pudesse ocupar o mundo na qualidade de hóspede.

No início do percurso de trabalho, havia uma atuação sendo realizada com conceitos que, em alguns momentos, pareciam encerrar o louco em uma lógica interpretativa e reguladora, homogeneizando comportamentos. Tudo que escapava de modelizações, teorizações, axiomas era visto como resistência, falta de adesão às propostas, crise, agravamento do quadro e etc. Lógica que parece criar uma nova roupagem para normatizações de condutas, velhas conhecidas do louco. Ao recusar essas “explicações” outros caminhos puderam ser encontrados. Novas formas de se acompanhar o louco passaram a ser possíveis.

No silêncio dos quartos, na divisão da marmitta, naquele dia em que o ônibus pareceu pequeno demais, na exposição estranha ou na mudança de endereço agenciaram-se intervenções singulares e imprevistas. Como faremos para ir à Paulista? É assim que você quer andar de ônibus? Estão me zoando pela rua por causa da minha roupa. Eles sabem que sou louco. A sacolinha, o bilhete único, arriscar fazer algo que não está previsto, arriscar não saber.

Cena – Acho que ele não quer participar do grupo, entra e sai o tempo todo, não para quieto, não faz nada, é um entra e sai danado, não fica dentro. Mas ele sai e volta? Volta mas não faz nada. Como assim não faz nada? Não faz nada, semana passada fazia vários riscos, riscos e mais riscos, aí perguntei o que era aquilo, ele saiu, voltou e fez outros riscos, perguntei o que era e saiu de novo, não fica, sai toda hora. Mas ele volta, isso não é algo? Até é, mas aí quando perguntamos o que eram os riscos saía de novo, uma hora disse bravo: É cerca!

Correr riscos, estar junto, acompanhar sem cercar. Parece ser difícil não saber

o que está acontecendo e não saber o que acontecerá. É difícil criar práticas abertas ao imprevisto e abertas ao outro em sua singularidade. Difícil ser hospitaleiro com a loucura e seus códigos. Vimos que o espaço destinado à loucura foi, durante a história do ocidente, sendo modificado e deslocado. Chegando-se ao ponto de se inventar um lugar que devesse endireitar o comportamento errático do louco, reinserindo-o em uma norma compartilhada e imposta. Com os movimentos de RP essa realidade ganha ares de mudanças. Tomando como premissa básica as críticas ao aparato asilar a proposta era de uma reestruturação complexa envolvendo não somente os equipamentos de saúde, mas toda uma construção de saberes sobre o louco. A RP pode ser entendida como um movimento de transformação social que fomenta novas práticas que busquem a abertura do espaço e não somente um espaço aberto.

Os loucos passam a poder circular nos espaços coletivos e na cidade, que não devem ser somente locais abertos que permitam a circulação. As novas práticas devem viabilizar a desinstitucionalização da loucura, montando intervenções que não repitam velhos dogmas. O espaço do louco como produtor de subjetividade pode ser contemplado. No entanto, o cotidiano de trabalho mostra que essa era uma aposta difícil de ser feita. Práticas novas revestidas com antigos mandamentos.

O isolamento do louco como o principal método terapêutico passou a ser recusado. A proposta das novas práticas foi notadamente marcada pelo conceito de território. Essas novas práticas buscam superar gradualmente o isolamento em asilos através da criação de serviços na comunidade, do deslocamento e da intervenção terapêutica para o contexto social das pessoas.

Mas, ainda assim, isso não bastava para dar conta do que era experimentado na prática. Qual território estava sendo contemplado pelas ações no cotidiano de trabalho? O território era o espaço geográfico, localizado e adscrito? Ou o território poderia ser isso e outras coisas mais? Em meio a essas questões ocorreu um encontro com os conceitos de Deleuze e Guatarri, principalmente em relação ao meio e ao território existencial.

Esse encontro possibilitou deslocamentos importantes que apontavam principalmente para o fato de que o espaço é um dos vetores de produção de

subjetividade, e que o território não é somente material ou prévio. O território é uma criação provisória agenciada por múltiplos elementos. Ele é o produto de um ato que territorializa os meios, ato este expressivo, que ultrapassa o uso pragmático dos espaços e cria uma assinatura singular.

Cena - Qual seu nome? José. Mas José do que? José. E o sobrenome? José. De onde você é José? José. Veio pra cá por que José? José. Quem te deixou aqui? José. Mas... José. José do que? José. O que fazer com José? Os olhos de José perseguem pontos inquietos. Acima, abaixo, direita, esquerda, José... José... José... Abandonado na frente do portão, foi adotado pelo hospital e rebatizado pelo padroeiro que emprestava seu nome à instituição. José Pena. Na casa era o Pena. Inquilino econômico com as palavras, repetitivo, fazê a barba né, perigoso, cai, fazê a barba né, a barba, a barba... barba. Quantas vezes fizeram sua barba? Provavelmente esse era um dos únicos contatos que tinha com alguém, fazer a barba em um ritual silencioso. Andava pela casa marcando pequenos pontos. Parava olhava. Andava de novo. Andava, olhava. Colocava a mão na boca. A barba né? Reticências. Frases adotadas. Fui lá / É a barba / Vou raspar / Barba / Fechô ó / (apontou a porta trancada, subiu a escada) / Católico / (apontou crucifixo) / Católico / (entrou no quarto, alguém dormindo) / Dormindo, pode acordar não / A barba / (Desceu as escadas) / Vai sair ó. / Pedro / Ó / Perigoso esse né / (apontou alguém saindo) / Carro passando ó / (na garagem) / É o caro ó / Almooooooço né. Almoço / Tirou o dente, tadinho, caiu, chão, barba / Cai e machuca / Almooooooço / Fiz a barba, marquei dentista / Tá aqui ó / (subiu as escadas) / Ó, o Mauricio (apontou) / Almooooooço / Carne / Carne de boi / Fiz a barba / Navalha / Perigoso / (subiu as escadas) / Esse aqui não quer tomar banho / Pé preto / Esse aqui não vai no médico / (Sentou na sala) / Sou mineiro / Mineiro? / É mineiro, de Curitiba / Curitiba? Do sul? / É Bahia / Rapo a barba né? / Mineiro / Vai comer / Almooooooço / Navalha...

Porções de meios sendo expressas em um movimento de apropriação de um lugar. Escrita de uma assinatura territorial que tem sua provisoriidade atestada. O movimento de territorialização será sempre acompanhado por forças de desterritorialização Acompanhar o louco na abertura dos espaços deve levar em

consideração esse fator provisório. Estar junto, ao lado, disposto, acompanhar criando situações com o mínimo de racionalizações e anteparos pré-estabelecidos. Ter hospitalidade com o outro em sua singularidade, hospedar-se no território estrangeiro dos loucos. Essa hospedagem como um achado da pesquisa. Durante o percurso da escrita, um achado que pode indicar possibilidades de trabalho nos ambientes clínicos.

Hospedagem como uma ferramenta clínica que traz junto de si dificuldades. Não é simples estar no território do louco. Em algumas situações, estar com o louco, torna-se algo perturbador e repleto de sofrimento. Não dá pra falar a língua do outro e nem aprender o idioma do louco, são códigos disruptivos. Conviver com idiomas distintos, encontrando algumas traduções e aproximações, forja a tradução e aproxima os sentidos. Essa exploração na aproximação com outro é uma proposta de trabalho que é mais difícil do que aparenta. Nunca será possível se hospedar de forma definitiva no território do outro, não tem como estar no lugar dele, mas há como permanecer provisoriamente ali. Experimentar situações em uma casa que não é nossa, em um local não confortável. Não se trata de uma proposta de alívio, é uma indicação de manejo que não simplifica, mas sim complexifica a experiência da loucura. O sentido dessa experiência não está pronto, será feito no encontro. A hospedagem só é possível como impossível na relação radical de alteridade. Derrida se aproxima dessa ideia quando fala de uma ética da hospitalidade.⁹

Não se trata de fazer do território do louco nosso, ou criar uma zona indiscernível. No SRT esse lugar de hospedagem desconfortável é patente. O louco que tem que morar em uma casa após viver anos em hospitais, os acompanhantes que

⁹ uma ética da hospitalidade, como hospitalidade enquanto relação à alteridade ou à singularidade do outro é, em razão da sua necessária e i-mediata pervertibilidade, uma ética eminentemente paradoxal - contraditória ou aporética. É que ela só é possível como impossível. Com efeito, e como até aqui o tentámos mostrar, porque a questão do nome ou da língua está sempre implicada, de mil e uma maneiras, na experiência da hospitalidade; porque a hospitalidade passa inevitavelmente pelo endereçamento à singularidade do outro numa cena de dualidade assimétrica, e porque um tal endereçamento compreende já sempre os outros, como magnificamente o põe em cena, ela revela-se imediatamente hos-ti-pitalidade - neologismo forjado por Derrida para dizer a hospitalidade incondicional interrompida e contaminada, pervertida', pela hostilidade. (BERNARDO, 2002, p.421-422).

dão suporte a essa rotina, o coordenador que está lá, mas ao mesmo tempo não. Quem mora ali? É de ninguém, mas é de todos.

Desta forma, torna-se importante dizer que as práticas impulsionadas pela RP, ganham força produzindo intervenções e ações provisórias. Os serviços devem ser inventados diariamente em um plano temporário. Assim, diminuem-se os riscos de repetições balizadas pelas forças e lógicas, sejam disciplinares ou de controle, e possibilita maneiras de atuação não burocratizadas que possam abrigar as produções de subjetividade singulares. Nessa perspectiva cabe ressaltar a potência de um específico serviço criado a partir da RP, o Serviço Residencial Terapêutico (SRT). Esse é um equipamento pouco explorado devido à sua curta existência, mas que demonstra uma força de experimentação singular. Por não ser um lugar ligado ao sistema de produção de saúde como os CAPS, por exemplo, há um menor grau de expectativa no que se refere ao progresso, à melhora de sintomas e a um “tratamento” no sentido mais amplo. A captação financeira no sistema de saúde público inclusive é diferente. Não há procedimentos pré-estabelecidos como grupos terapêuticos, atendimentos médicos, consultas e etc. Os procedimentos ligados ao sistema que sustentam o SRT é único e genérico, “ações de reabilitação psicossocial”. Não há, pelo menos por enquanto, formatações *a priori* e/ou mais estruturadas que norteiam as ações. Abre-se, desta forma, a possibilidade da loucura poder experimentar uma via mais transversal de cuidado. O SRT é potencialmente um local em que a loucura se expressa com um menor grau de homogeneização e tutela, um local de hospitalidade.

Perceber que a escrita pôde criar um território. Escrita não apenas como um ato prático que dispõe palavras em um espaço delimitado. Escrita, que em sua expressividade, criou o território-dissertação agenciado por múltiplos vetores: prática, cadeira, discussões no núcleo de pesquisa, rampas da PUC, qualificação, conversas no bar, moradores de residências terapêuticas, quarto andar, isolamento, carnaval, fome, poucos nichos de acomodação, aberturas, poucos ponto de pouso, um território a ser experimentado. A pesquisa como um espaço de hospedagem provisória.

Venha, sente aqui. Pra que minha fia? Pra gente conversar meu filho. Conversar sobre o que? A gente vai conversar um bocado de coisa, sente aí. Eu não sei conversar não. Sabe, você é um homem inteligente, como é teu nome? É o seu. Como é teu nome? Presidente do estados unidos. Olha, como é seu nome todo? Presidente do estados unidos. Você não morou no estados unidos, seu nome. Governos do estados unidos. Você é o governo dos estados unidos, mas e seu nome? Eu não tenho nome não. E quem é Almerindo? [...] Almerindo já morreu. Almerindo já morreu? Já. Quando? Não me disseram. É, ele já morreu, pra sociedade ela já morreu. Ele já morreu, até pra gente ele já morreu.

(A casa dos mortos – Direção Débora Diniz)

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jean. e MARIE, M. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. São Paulo: Papyrus Editora, 2006

BIRMAN, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A casa subjetiva*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

CASTEL, Robert. *A Ordem Psiquiátrica: a idade de outro do alienismo*. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1978..

DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs vol 4 – Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2005.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs vol 5 – Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A casa dos loucos*. In *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro:Edições Graal,2001.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento do hospital*. In *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro:Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

GENET, Jean. *O ateliê de Giacometti*. Cosac &Naify: São Paulo, 2000.

GUATTARI, Félix. *Espaço e poder: a criação de territórios na cidade*. In: Revista Espaço e debate. Ano V, Nº16, 109-120, 1985.

GUATTARI, Félix. *Caosmose – um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.

LANCETTI, Antônio. “Cuidado e Território no Trabalho Coletivo”. In: *Cadernos de Subjetividade*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica. Núcleo de Estudos e Pesquisa da Subjetividade. 2010.p. 90-97.

LEMKE, Ruben Artur Lemke. *A itinerância e suas implicações na construção de um ethos do cuidado*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PASSOS, E. e De BARROS, R. B. *Por uma política da narratividade*. In. Org: PASSOS, E. KASTRUP, V. ESCÓSSIA L. da. *Pistas do método da cartografia*. Rio de Janeiro: Editora Sulina, 2009.

PELBART, Peter. *A vertigem por um fio – Políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000.

ROTELLI, F.; De LEONARDIS; MAURI, D. *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec; 2001

SOUZA, David Britto de. *A subjetividade maquínica em Guattari*. Dissertação de mestrado em psicologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

Contada a partir da folha derosto capa zero

Aparece numero na introdução.